



## MICROCRÉDITO

**MP aprovada no Senado leva recursos aonde o povo está**

PÁGINA 3

Medida que institui programa de microcrédito foi relatada por Ideli Salvatti (ao microfone)

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.110/25 – Brasília, 4 a 10 de abril de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Edison Lobão apresenta nesta terça-feira relatório que beneficia áreas menos desenvolvidas

## Biodiesel gera crescimento nas regiões Norte e Nordeste

PÁGINA 2

### IMPOSTOS

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, renovou aos senadores o compromisso de que a carga tributária não será elevada. Oposição fez duras críticas ao governo.

PÁGINAS 12 E 13

### CASO DOROTHY

A ausência do Estado e a presença de grupos que usam a violência para impedir assentamentos foram destacadas no relatório da Comissão Dorothy Stang.

PÁGINA 7

### FUNDOS DE PENSÃO

Governo federal pode enfrentar no Congresso dificuldades para aprovar medida provisória que institui taxa e cria órgão para fiscalizar fundos de pensão.

PÁGINA 5

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19

## POLÍTICA CULTURAL



**Plano busca consolidar um setor estratégico para o país**

PÁGINA 6

Plano Nacional de Cultura deve estimular manifestações como o desfile dos Mascarados de Poconé, em Mato Grosso

### cidadania

**Saiba mais sobre a doença de Chagas, que mata 33 mil por ano**



PÁGINA 20

**Transposição do São Francisco pode começar logo**

Aloizio Mercadante afirma que entraves ao início das obras de transposição de águas do rio São Francisco foram vencidos. Projeto enfrenta resistências.

PÁGINA 4



MICROCRÉDITO Senado aprova medida provisória que amplia repasses a entidades que financiam pequenos negócios

# Mais recursos ao microempreendedor



Imaginar a presença de um banco do governo no Complexo do Alemão, uma das favelas mais violentas do Rio de Janeiro, talvez parecesse insanidade. Mas é exatamente o que deverá ocorrer depois que o Congresso concluir a votação da Medida Provisória 226/04, que institui o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Aprovada no Senado na quarta-feira e remetida à Câmara para nova análise, em função das modificações feitas pelos senadores, a MP viabilizará o primeiro contrato de repasse de recursos do Banco Popular, subsidiária do Banco do Brasil, para o Viva Cred, pioneira na concessão de crédito aos microempreendedores de favelas cariocas e de outras comunidades pobres da cidade.

Com 3.200 clientes ativos, dos quais mais de mil na Rocinha, onde funciona a sua sede, o Viva Cred enfrenta dificuldades desde que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) praticamente estancou os repasses para as instituições de microcrédito, como as organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e as sociedades de crédito ao microempreendedor (SCMs), que praticam juros acima de 2% ao mês.

– Isso trouxe complicações e sinalizou morte lenta para muitas instituições – conta Teófilo Cavalcanti, superintendente do Viva Cred, uma Oscip que empresta a taxas de 3,9% ao mês, juros agora aceitos pelo Programa de Microcrédito. O Banco Popular do Brasil (BPB) surgiu como nova opção de parceria e com o diferencial de promover a inclusão bancária. Desde o início do ano, os clientes do Viva Cred podem ser correntistas do BPB.

Agora, a instituição emprestará recursos da subsidiária do BB, com créditos e débitos feitos nas contas dos clientes, por meio dos terminais do BPB instalados nas suas seis agências. “Hoje, na Rocinha, a maior parte paga em dinheiro”, diz Cavalcanti.

Além de mais segura, a operação com cartão bancário, para financiamentos que poderão chegar a R\$ 5 mil, elimina o custo dos boletos de cobrança e, segundo o gerente de produtos do BPB, Antônio Valdir Oliveira, dá às Oscips a possibilidade de agregar receita se seus clientes pagarem contas de luz, água e telefone pelos terminais do BPB.

Pequenos negociantes, como vendedores de marmita, donos de bares, costureiras, sacoleiras, cabeleireiras e tatuadores, são visitados regularmente pelos 18 agentes de crédito da organização, dos quais 14 são moradores locais. Eles se encarregam de analisar os pedidos e responder pela qualidade da sua carteira de clientes.

A inadimplência média, segundo Cavalcanti, varia de 4% a 4,5%, contabilizados os atrasos acima de 30 dias. E a perda efetiva foi de apenas 2% sobre os desembolsos feitos desde 1997, quando começou a operar. Até o fim do ano passado, o Viva Cred, que nasceu do movimento Viva Rio, havia formalizado 20 mil contratos, com volume total de aplicações de R\$ 31 milhões no período.

O montante do primeiro repasse do Banco Popular do Brasil ainda é pequeno, cerca de R\$ 300 mil, conforme o superintendente do Viva Cred. Mas é uma operação-piloto, garantida pelo fundo de aval do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que seguirá as normas estabelecidas pelo projeto de lei de conversão à Medida Provisória 226 e abrirá caminho para outras Oscips.



Durante votação da MP, Serys, Ideli e Renan discutem as emendas apresentadas à proposta. Depois de trancar a pauta do Senado por três semanas, matéria volta à Câmara dos Deputados

## Modelo poderá ser aperfeiçoado

A aprovação da MP do Microcrédito pelo Senado não encerrou as discussões sobre o tema. Para contornar os protestos dos opositoristas e até da base aliada, como o senador Pedro Simon (PMDB-RS), enfático e emocionado nas suas críticas contra o envio de medida provisória para tratar de assunto tão relevante, o governo selou acordo para realização de novas audiências com instituições que operam microcrédito e microfinanças no país, como o Banco Postal (associação do Bradesco com os Correios), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Popular e a Microinvest (controlada pela Fininvest).

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais envolvidos no acordo, disse que poderá ser criada subcomissão

de cooperativas de crédito entre os repassadores de recursos às instituições de microcrédito produtivo. Os controles sobre as entidades ficaram mais rigorosos, principalmente quando o dinheiro for proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujos empréstimos serão corrigidos pela TJLP.

O crédito estará direcionado para segmentos de menor renda, dentro do limite de enquadramento dos tomadores de até R\$ 60 mil de renda bruta anual, como propôs Jereissati. Além do FAT, o programa é abastecido por 2% dos depósitos à vista nos bancos, com juros de até 4% ao mês para o tomador final. A nova regulamentação da medida provisória deve unificar limites das duas fontes de recursos, com empréstimos até R\$ 5 mil.

### Maior rigor no controle sobre as entidades

Entre as sete emendas que acolheu, a maioria da oposição, a relatora da matéria, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), incluiu os bancos cooperativos e as centrais

### Empréstimos destinados aos microempresários foram insuficientes

Modalidade de crédito	Aplicações (carteira ativa em 31/12/04) (R\$)	Valor contratado em 2004 (R\$)	Quantidade de contratos em 2004	Valor médio contratado (R\$)	Prazo médio (meses)
Crédito popular (ou uso livre)	655.848.074	930.154.326	3.678.187	252,88	9,9
Microempreendedor	60.666.732	248.948.865	360.409	690,74	7,0
<b>TOTAL</b>	<b>716.514.805</b>	<b>1.179.103.190</b>	<b>4.038.596</b>	<b>291,96</b>	<b>8,4</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

## Comissão analisa proposta de novas regras do processo orçamentário

Definido o novo prazo para apresentar resultados, até 28 de abril, a comissão especial formada por senadores e deputados, para reformular as regras de tramitação e exame dos orçamentos federais, analisará nesta terça-feira a primeira versão da proposta para mudar a Resolução 1 do Congresso Nacional, que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Além disso, segundo o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), eleito presidente da comissão especial na quarta-feira, os 22 parlamentares que a integram irão decidir o apertado cronograma de trabalho. Haverá, informou o senador,

audiências públicas com o ministro do Planejamento e deputado licenciado Paulo Bernardo, que presidia a Comissão Mista de Orçamento, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e o deputado Delfim Netto (PP-SP), entre outros.

Também será examinada a proposta para que dois ou três integrantes do colegiado conheçam como funciona o processo orçamentário em países como os Estados Unidos e o Chile. Bezerra explicou que as atividades estarão direcionadas, este mês, para propor uma nova resolução à Mesa do Congresso, lembrando que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 chega até 15 de abril.



Fernando Bezerra (D) foi eleito presidente da comissão especial e o deputado Ricardo Barros será o relator do

Cumprida essa etapa, a comissão especial solicitará novo prazo, esse mais dilatado, para

estudar mudanças como a proposta de emenda constitucional do orçamento impositivo.

Na primeira reunião de trabalho, o deputado Ricardo Barros (PP-PR), eleito relator da comissão, debateu documento com dez pontos. Como resultado dessa rodada, ele deve propor a redução do número de emendas de bancada para cinco (atualmente varia entre 18 e 23), com compromisso de alocação de recursos plurianuais para concluir obras prioritárias.

Barros explicou que as bancadas só poderão incluir novas obras depois de finalizadas as anteriores. Ele também quer estabelecer na LDO limites para o contingenciamento, por meio de um sistema de bandas para o cumprimento de metas fiscais ao longo do ano.

SECA Aloizio Mercadante afirma que desvio de águas do rio São Francisco vai beneficiar 12 milhões de pessoas

# Falta pouco para início da transposição



O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que os entraves para o início das obras de transposição do rio São Francisco já foram vencidos. Agora o governo aguarda apenas o licenciamento prévio, que está sendo concluído pelo Ibama, para iniciar o projeto que vai beneficiar quatro estados nordestinos: Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

– Estamos certos de que a transposição é compatível com a sustentabilidade e com a preservação do meio ambiente – disse o líder, depois de informar que a análise técnica já foi concluída, bem como o projeto de engenharia da obra, que vai beneficiar 12 milhões de pessoas.

Mercadante lembrou que a transposição constitui uma reivindicação antiga de estados do Nordeste que enfrentam a escassez de água e ressaltou o impacto social e econômico que será gerado pela iniciativa. “Vamos atender a uma grande área carente, especialmente o semi-árido nordestino”, destacou o líder do governo.

Sobre as críticas ao desvio de águas do São Francisco, que enfrenta problemas de poluição e de assoreamento, o senador minimiza o impacto, afirmando que apenas 1% das águas será utilizado para perenizar as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN),

Piranhas-Açu (PB e RN), Moxotó (PE) e Brígida (PE). Ele ressaltou que o governo está investindo em projetos de revitalização do rio, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

O projeto de transposição do São Francisco foi discutido nos últimos governos, mas diante das pressões contrárias, especialmente da Bahia e de Minas Gerais, ficou engavetado. Ao assumir o governo em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou a transposição na pauta de programas prioritários.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) avalia que agora “falta pouco” para o início do projeto, que considera essencial para garantir o abastecimento de água para as populações que vivem no semi-árido.

– Só quem conhece o drama da falta de água, de pessoas que são obrigadas a caminhar muitos quilômetros a cada dia na busca de água, muitas vezes sem qualidade, é capaz de avaliar o que significa esse projeto, que na verdade vai utilizar uma quantidade mínima de água, sem prejuízo para o São Francisco – afirmou o parlamentar.

Segundo Garibaldi, alguns estados já realizaram obras para receber água do São Francisco. “No Rio Grande do Norte, construímos cerca de mil quilômetros de adutoras que irão levar a água até os reservatórios, na expectativa de que as obras comecem logo”, acrescentou.



Projetos de irrigação trouxeram progresso para cidades localizadas à margem do chamado Rio da Unidade Nacional, como as vizinhas Juazeiro (foto), na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco

## Governo federal aguarda apenas o licenciamento prévio do Ibama, diz Mercadante

## Reação de senadores da Bahia, Minas e Piauí

Embora defendido com entusiasmo por representantes de estados nordestinos que serão beneficiados com a iniciativa, a obra de transposição esbarra na reação contrária de senadores da Bahia e de Minas Gerais, estados onde se situa a maior parte do leito do rio São Francisco. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirma que, em primeiro lugar, é necessário que o governo garanta a revitalização do São Francisco, com a construção de barragens de contenção, plantio de mata ciliar e realização de obras de saneamento. “Esta é a posição de Minas Gerais”, anuncia o senador.

Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustenta que o projeto “é inadequado”.

– O governo fala em mudança de concepção. Por isso, passou a chamar a transposição de águas do rio São Francisco de “integração de bacias”. Essa sinonímia é falsa e não merece o respeito daqueles que querem levar a sério o assunto – declarou.

Para Antonio Carlos, o dinheiro a ser aplicado na transposição seria mais útil se fosse alocado em irrigação. “Vai-se gastar o pobre dinheiro que não se gasta na irrigação, que já devia ter sido feita, e não se vai fazer o

projeto da transposição. É mais uma obra inacabada que ficará insepulta.”

Alberto Silva, do PMDB do Piauí, aponta um outro problema.

– Vamos gastar uma fortuna para transpor o São Francisco e depositar suas águas na bar-

ragem do Castanhão, no Ceará, mesmo sabendo que o sol e o calor vão provocar a evaporação da maior parte da água. Ou seja, vamos desviar o São Francisco para ver suas águas evaporadas, sem qualquer efeito positivo – acredita o senador.



Na opinião de Antonio Carlos Magalhães, recurso a ser aplicado na transposição seria mais útil se fosse gasto em irrigação

## Os números da transposição

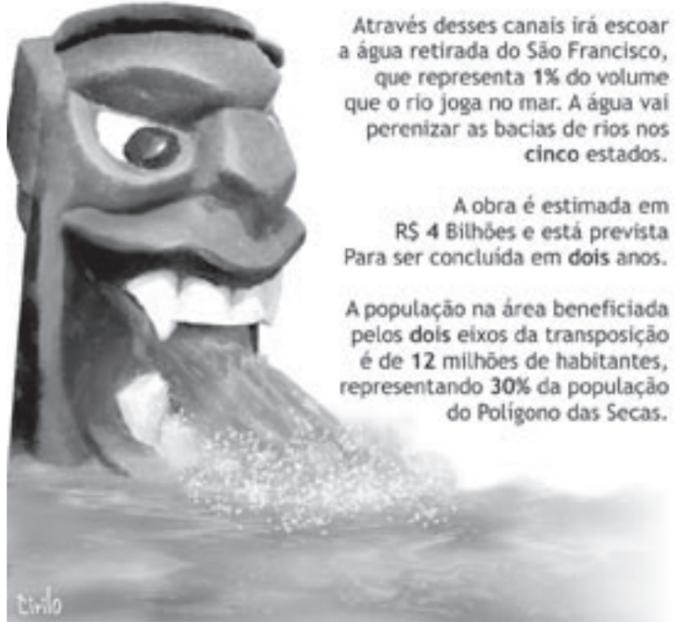
Chamado “rio da integração nacional”, o São Francisco, descoberto em 1502, tem esse título por ser o caminho de ligação do Sudeste e do Centro-Oeste com o Nordeste. Desde as suas nascentes, na serra da Canastra, em Minas Gerais, até a foz, na divisa de Sergipe e Alagoas, ele percorre 2.700 quilômetros.

O projeto prevê a construção de dois canais, com 700 quilômetros de extensão, 25 metros de largura e cinco metros de profundidade. Um sistema de bombeamento da água vai corrigir os desníveis existentes em todo o percurso. O canal Leste levará a água para Pernambuco e Paraíba, e o Norte atenderá aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Através desses canais irá escoar a água retirada do São Francisco, que representa 1% do volume que o rio joga no mar. A água vai perenizar as bacias de rios nos cinco estados.

A obra é estimada em R\$ 4 bilhões e está prevista para ser concluída em dois anos.

A população na área beneficiada pelos dois eixos da transposição é de 12 milhões de habitantes, representando 30% da população do Polígono das Secas.



Segundo Garibaldi Alves, alguns estados, como o Rio Grande do Norte, já realizaram obras para receber águas do Velho Chico

## Projeto enfrenta ações judiciais

Em meio à polêmica que envolve a transposição do São Francisco, o Ibama, responsável pelo licenciamento da obra, sofreu ações judiciais e enfrentou manifestações que impediram a realização de quatro das oito audiências públicas previstas para discutir o projeto. Mesmo assim, de acordo com o diretor substituto de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Luiz Felipe Kunz, o trabalho estará concluído em poucos dias, “a não ser que ocorram fatos novos”. O Ibama concederá uma licença prévia e posteriormente, se cumpridas as exigências, a licença de instalação.

O licenciamento, informou o

diretor, deverá ser concedido “mediante o cumprimento de condicionantes”, que envolvem a preservação e a recuperação do rio, que nasce em Minas Gerais e percorre 2.700 quilômetros até desaguar no mar, em Sergipe. Nas últimas semanas, equipes do Ibama visitaram durante 12 dias os principais trechos do rio, colhendo informações para concluir o relatório.

Uma última audiência pública está marcada para abril, em Montes Claros (MG). A audiência no estado seria realizada em Belo

Horizonte, no começo do ano, mas grupos contrários à transposição conseguiram na Justiça Federal uma liminar que sus-

pendeu o processo de licenciamento. No mesmo dia, o Supremo Tribunal Federal (STF) casou a medida, mas a audiência acabou não se realizando.

Organizações da sociedade civil também questionaram judicialmente decisão tomada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que, em janeiro, aprovou o projeto de transposição, com o aval da Agência Nacional de Águas.

## Última audiência pública será realizada ainda este mês, em Montes Claros

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Senado aguarda chegada da MP 233, que cria novos órgãos e taxa de fiscalização

# Mais controle sobre os fundos de pensão



Depois da batalha em torno da MP 232, que corrigia a tabela de abatimento do Imposto de Renda e aumentava a tributação sobre empresas prestadoras de serviços e o setor agrícola, o governo federal pode enfrentar no Congresso Nacional novas dificuldades para aprovar uma medida provisória. Menos polêmica, mas igualmente importante, a MP 233/04 cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social que atuará na fiscalização e supervisão dos fundos de pensão, e institui uma taxa (Tafic) que será a principal fonte de recursos para o funcionamento do novo órgão (ver quadro abaixo).

Atualmente na fila de votação da Câmara dos Deputados, a MP 233/04 iniciou sua tramitação em 15 de fevereiro. No Senado, passará a sobrestar a pauta assim que for lida em Plenário, pois já estoura-

ram todos os prazos: a medida deveria ter chegado à Casa no máximo até o dia 28 passado.

A medida provisória prevê um quadro de 600 servidores na Previc, dos quais 300 auditores (bem acima dos atuais 92), 120 especialistas de nível superior em previdência complementar; 100 analistas de nível superior e 80 técnicos de nível médio. Desses, 230 sairão do quadro da hoje existente Secretaria de Previdência Complementar e os demais serão contratados por concurso público.

A MP engloba vários assuntos em seus 55 artigos e quase 20 páginas. Além de criar a Previc, instituir a taxa de fiscalização e criar toda a estrutura do novo órgão, a medida cria 500 vagas na Advocacia Geral da União e 44 cargos em comissão para os ministérios do Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Defesa, e à Comissão Nacional de Energia Nuclear, dedicando um artigo apenas para acrescentar o nome de Celso Furtado à denominação do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa).



José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras, deve estar no Senado nesta terça para falar, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o fundo de pensão Petros

## Patrimônio do setor é de 16% do PIB

Apesar da diversidade de temas contida no âmbito da MP 233/04, o governo considera que os pressupostos de relevância e de urgência estavam presentes no texto. Na justificativa assinada pelos ex-ministros do Planejamento Nelson Machado e da Previdência Amir Lando, o Executivo assegura que a nova estrutura “dará ao regime de previdência complementar estabilidade de regras e de comportamento, quadros técnicos estáveis e especializados, autonomia orçamentária com a instituição da taxa de fiscalização e capacidade operacional para normatizar, coordenar e supervisionar o universo dos fundos de pensão”.



Amir Lando defende aprovação da MP, editada quando era ministro da Previdência

Segundo dados do governo federal, em 2003 a previdência complementar contava com 2,3 milhões de participantes, entre trabalhadores ativos e assistidos, alcançando, com os dependentes, cerca de 6,5 milhões de pessoas. Ao final daquele ano, existiam 362 fundos de pensão no país, administrando aproximadamente mil planos de benefícios patrocinados por 2,1 mil empresas. Essas entidades acumulavam patrimônio superior a R\$

260 bilhões, que correspondem a 16% do produto interno bruto (PIB).

– Esse sistema tem um papel expressivo não somente em termos de ampliação da cobertura social, na medida em que garante uma complementação de aposentadoria do trabalhador, mas também como fonte de acumulação de poupança de longo prazo, estável, nacional, essencial para o fomento da atividade produtiva – explica o senador Amir Lando (PMDB-RO) na justificativa que assinou quando era ministro da Previdência.

## Consultoria propõe controle social

A Consultoria Legislativa do Senado elaborou um texto para discussão, distribuído aos senadores, em que lembra que a MP 233 se inspira na maioria das propostas apresentadas pelo governo federal, em 1999, para a criação de uma agência nacional de previdência complementar.

Porém, como forma de evitar que o papel do Estado fosse realizado por uma agência independente, a MP cria, ao contrário, três órgãos que deverão trabalhar em sintonia, porém todos fortemente subordinados ao Poder Executivo: a Previc, como fiscalizadora e executora das leis e normas; o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), como órgão regulador e árbitro de penalidades administrativas; e a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, responsável pela articulação das políticas públicas relativas ao sistema e elo entre os outros dois órgãos.

– O projeto foi montado com a forma de superintendência provavelmente pelo fato de que hoje se discute o poder de atuação e a independência das agências reguladoras existentes, processo no qual se observa um grande movimento do governo para retomar o poder decisório dos

ministérios setoriais, particularmente no desenho das grandes políticas e diretrizes nas grandes áreas de atuação – justifica o consultor Rafael Silveira e Silva, autor da análise.

Por essas razões, entre as emendas sugeridas pela consultoria, está o desejo de tornar mais “crível e harmônica” a nova ação regulatória e de fiscalização e prestigiar mecanismos mais democráticos e de controle social do trabalho de fiscalização dos fundos de pensão.

– Como acontece com as agências reguladoras, seria recomendável que os diretores da Previc se submetessem a sabatina do Senado, para terem confirmadas suas nomeações. É importante ressaltar que esse procedimento não se dirige apenas às agências já existentes, mas a órgãos de grande relevância, tais como o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (que fiscaliza a Bolsa de Valores) – diz Rafael.

Também é sugerido o mecanismo de consultas públicas para todos os atos normativos do conselho e da superintendência criados pela MP, “como valioso instrumento de controle social e de transparência”.

### O que é a Tafic

A MP institui a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), cobrada já a partir de 1º de abril deste ano, destinada a cobrir a maior parte das despesas da Previc em suas atribuições de fiscalizar e supervisionar o setor, inclusive com poder de polícia. São contribuintes da taxa as entidades fechadas de previdência complementar. A Tafic, cobrada trimestralmente até o dia 10 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, varia de R\$ 15 a R\$ 2,8 milhões, de acordo com o faturamento de cada operadora.

### As atribuições da Previc

1. Fiscalizar as entidades fechadas de previdência complementar e suas operações, inclusive aplicar as penalidades cabíveis, e, em último caso, determinar a intervenção ou a liquidação extrajudicial dos fundos de pensão.
2. Autorizar a constituição e o funcionamento dessas entidades, bem como a aplicação dos respectivos estatutos e regulamentos de planos de benefícios e de suas alterações.
3. Autorizar fusões, cisões, incorporações ou qualquer outra forma de reorganização societária dos fundos de pensão.
4. Harmonizar as atividades das entidades com as normas e políticas estabelecidas para o segmento.

## PLENÁRIO

# Cultura pode ganhar plano plurianual



A exemplo do que acontece com a educação, que tem um plano nacional especificando seus objetivos de médio e longo prazos e norteando uma política própria, poderá ser criado, por emenda constitucional, mecanismo análogo para a área da cultura.

Apresentada há cinco anos na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda (PEC 57/03), que se encontra em exame no Senado, prevê o Plano Nacional de Cultura, com um programa plurianual destinado a fomentar o desenvolvimento cultural do país. A proposta tramita em segundo turno e está na pauta do Plenário.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG), primeiro signatário da proposição, afirma que tal objetivo só poderá ser alcançado com ações e metas consistentes e eficazes que promovam a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro e o incentivo à produção e difusão de bens culturais. A intenção da proposta é integrar ações do poder público relativas à formação de pes-

soal qualificado para a gestão da cultura, à democratização do acesso aos bens culturais e à valorização da diversidade étnica e regional. Segundo o deputado mineiro, a necessidade de um plano nacional de cultura para o Brasil deve-se ao fato de o setor ainda não ser considerado importante no rol das políticas públicas. Prova disso, argumenta o parlamentar, são os ínfimos recursos destinados ao setor nos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

## Proposta em exame no Senado visa fomentar o desenvolvimento do setor no país

– Tem-se, de modo geral, uma compreensão equivocada da questão cultural no Brasil. Em virtude de nossa formação elitista e excludente, a cultura é sinônimo de mera erudição e, portanto, vista como algo supérfluo e diletante – avalia o parlamentar.

Na opinião de Gilmar Machado, ainda é preciso fazer muito para que a cultura venha a ser, de fato, um direito de todos e não privilégio de poucos. Ele considera que o Plano Nacional de Cultura proposto na PEC sinaliza nesse sentido, pois tem como pressuposto básico a efetiva democratização do acesso aos bens culturais.



Plano nacional permitirá maior incentivo à difusão de atividades do setor, além de democratizar o acesso a bens culturais, como o teatro

## Programa garantirá mais recursos

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta recebeu parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Ele observa, em sua análise, que, apesar dos avanços da Constituição de 1988, que conferiu à cultura o mesmo tratamento a ela dispensado pelas constituições de alguns países do Primeiro Mundo, não foi incorporado um plano nacional para o setor.

– Não se pode ignorar a pouca representatividade que a questão cultural desfruta no âmbito dos governos, revelando uma face frágil e suscetível de danosas guinadas de curso provocadas pela dinâmica da vida política do país – afirma Crivella.

Concordando com Gilmar Machado, o senador destaca que o não-reconhecimento da



Marcelo Crivella diz que área é refém das verbas obtidas com base na legislação fiscal

cultura como importante fator na configuração do Estado e na consolidação de sua política está refletido nos poucos recursos destinados à área, que se torna refém dos aportes advindos da legislação fiscal.

Crivella avalia que a criação de um plano de âmbito nacional dará condições para um planejamento de ordem geral, ao otimizar a integração das ações existentes e proteger o setor contra a ineficaz pulverização dos seus recursos. Ele considera que, com a criação do Plano Nacional de Cultura, as verbas do setor serão distribuídas de forma mais equânime e democrática.

O senador ressalta ainda, no parecer, a previsão de, com o Plano Nacional de Cultura, se formar pessoal qualificado para a gestão e execução das atividades da área, segundo ele condição indispensável para a consolidação e a independência da cultura brasileira em relação às conjunturas governamentais.

## Hélio Costa: setor será considerado estratégico

O presidente da Comissão de Educação, senador Hélio Costa (PMDB-MG), considera a proposta de criação do plano como uma grande responsabilidade para o Ministério da Cultura, já que a política para o setor passará a ser considerada uma ação estratégica do Estado, ao lado, por exemplo, dos setores econômico, energético e de ciência e tecnologia.

Ao afirmar que o ministro Gilberto Gil está muito entusiasmado com a idéia de um plano nacional, Hélio Costa avaliou que não deve haver problema na votação da proposta no Senado. Ele informou que já há, no ministério, um grupo traba-

lhando na elaboração do Plano Nacional de Cultura.

Segundo Hélio Costa, a partir da aprovação do plano será possível prever, por meio de outra emenda constitucional, a aplicação de 2% da receita nacional em ações de produção e difusão da cultura. É o que já acontece com a educação e a saúde, cujos recursos são previstos no orçamento por dispositivo constitucional.

Ele explicou que relatório da ONU de 2004 recomenda aos países-membros que apliquem pelo menos 1% do orçamento na área de cultura como condição básica para o desenvolvimento do setor no país.

## Alberto Silva toma posse no Conselho da República

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossará nesta terça-feira, às 15h30, no Palácio do Planalto, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) como conselheiro da República. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da solenidade.

Compete ao conselheiro da República se manifestar sobre intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e questões para estabilidade das instituições democráticas. O Conselho da República foi recriado pela Constituição de

1988, e Alberto Silva ocupará a cadeira que antes pertencia ao economista Celso Furtado, falecido no ano passado. O senador piauiense foi indicado ao conselho pelo então presidente do Senado José Sarney, em dezembro de 2004, e eleito pelo Plenário do Senado.



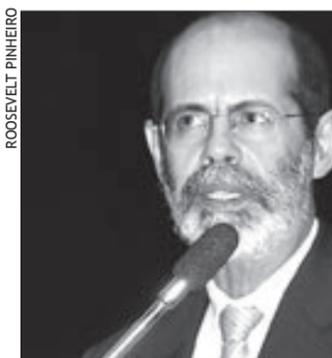
Alberto Silva ocupa vaga deixada com a morte do economista Celso Furtado

## Relação de beneficiados por programas sociais pode ser publicada na Internet

Os municípios podem ser obrigados a divulgar na Internet a relação das pessoas beneficiadas por programas de complementação de renda, como o Bolsa-Escola, por exemplo. A exigência foi proposta pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) no PLS 17/05, que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria restringe a obrigatoriedade aos programas que utilizem recursos da União e estabelece que, além dos nomes dos beneficiários, também deverão constar na página do município na Internet o valor e o tempo de concessão do benefício. Prevê ainda que os estados ajudem na veiculação dessas informações no caso de municípios pequenos, que não tenham endereço na Internet.

Mesquita Júnior afirma na justificativa da proposta que



Mesquita Júnior: rede de proteção social precisa de uma melhor fiscalização

concorda com a formação de uma rede de proteção social como o meio mais eficiente de enfrentar o problema da pobreza no país, mas alerta para o grau de complexidade do gerenciamento dessa rede. O resultado, segundo o senador, são recursos mal aplicados, ou mesmo desviados de sua finalidade.

– A experiência tem demonstrado que são frequentes os casos de desvios de recursos em programas de transferência de renda. Além disso, principalmente nos pequenos municípios do interior, a fiscalização deficiente possibilita o uso eleitoral dos programas sociais – constata.

Segundo o IBGE, existem 54 milhões de brasileiros na linha de pobreza, o que corresponde a 34% da população do país. “A capacidade operacional das estruturas de fiscalização existentes está longe de ser suficiente para controlar, com o devido rigor, a execução dos programas sociais que utilizam recursos federais”, afirma o senador.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), nomeou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relator do projeto.

## COMISSÕES

# Ausência do Estado na raiz da questão agrária

A ausência do Estado, a indefinição da situação fundiária e a presença de grupos que usam de violência para impedir a realização de assentamentos pelo governo foram apontadas pela Comissão Externa do Senado que acompanhou as investigações do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, como principais causas da violência no Pará. Depois de dois meses de trabalho, a comissão, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), apresentou na quarta-feira (30) as conclusões do relator, deputado Demostenes Torres (PFL-GO). Com base em viagens à área de conflito, no município de Anapu, e de depoimentos de autoridades públicas, lideranças sindicais e empresários, a comissão externa concluiu que os organismos de segurança na região

"são mais eficientes na defesa da propriedade do que na garantia dos direitos dos agricultores e trabalhadores rurais".

O relatório mostra que a comissão contribuiu diretamente para os resultados das investigações. Em meio a audiências públicas com testemunhas-chave do crime, alguns acusados informaram publicamente que receberam de possíveis mandantes até R\$ 100 mil para o pagamento de serviços de advogados, recursos angariados junto a fazendeiros da região. Foi também a partir dos trabalhos da comissão que o prefeito de Anapu, Luiz dos Reis Carvalho, acabou sendo vinculado ao assassinato de Dorothy Stang.

O senador Demostenes Torres aponta em seu relatório que a comissão, mesmo sem as competências legais de uma CPI, atuou

positivamente no episódio da morte da missionária ao colocar o assunto na esfera nacional, não deixando que ele "caísse em rápido esquecimento".

Para os integrantes da comissão, o esclarecimento do crime que envolveu a missionária não pode suspender as investigações, "até a descoberta de toda a cadeia de crimes contra pessoas e os recursos florestais". Os senadores insistem na necessidade de ações de segurança pública, "e do reforço dos mecanismos de controle externo da atividade policial".

Entre as sugestões da comissão para enfrentar os conflitos e o desmatamento, está a interdição, por seis meses, da exploração de 8,2 milhões de hectares de terras públicas federais localizadas na margem esquerda da rodovia BR-163, no Pará.



Em Parauapebas (PA), os senadores Sibá Machado (D) e Ana Júlia participaram de audiência sobre conflitos fundiários

## CPI da Terra viaja ao Pará e ouve fazendeiros suspeitos

Três fazendeiros acusados de envolvimento no assassinato de um líder sindical e dois integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) foram ouvidos na quinta-feira (31) no município de Parauapebas, no Pará, pela CPMI da Terra.

O principal acusado, José Décio Barroso Nunes, conhecido como Delsão, não compareceu, mas o presidente da CPMI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que o fazendeiro será convocado para depor em Brasília esta semana.

– Esta é a segunda vez que ele falta às convocações da comissão – ressaltou o deputado federal João Alfredo (PT-CE), relator da CPMI. Delsão é o principal suspeito na morte do sindicalista José Dutra da Costa, conhecido por Dezinho.

A comissão também esteve em Santarém, para debater a questão fundiária com representantes de instituições locais, e em Altamira.

– Estamos dedicando atenção especial ao Pará e isso é natural, pois este é o estado brasileiro que apresenta o maior número de assassinatos no campo – explicou João Alfredo.

Os integrantes da CPMI também convocaram para depor o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante da morte da missionária Dorothy Stang. Além de Alvaro Dias e João Alfredo, estiveram no Pará os senadores Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC), e os deputados federais Adão Preto (PT-RS), Luci Choinacki (PT-SC) e Zé Geraldo (PT-PA).



Renan (C) recebe de integrantes da comissão externa as conclusões sobre a morte da missionária

## Relatório será encaminhado ao presidente Lula

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai encaminhar as sugestões apresentadas pela comissão externa do Senado, que acompanhou as investigações sobre a morte da freira Dorothy Stang, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao governador do Pará, Simão Jatene (PSDB).

– O Senado ajudou na mobilização para que esse crime fosse

esclarecido; agora, os assassinos precisam ser exemplarmente punidos e as investigações precisam ter continuidade para que esse tipo de coisa não volte a acontecer e para que saibamos toda a extensão dessa rede – afirmou Renan.

Ao entregarem o relatório final ao presidente do Senado, os integrantes da comissão reforçaram

a necessidade de continuidade nas investigações para identificar os responsáveis pela violência e pela grilagem de terras no Pará.

– São esses setores que estão ajudando a financiar o gatilho que matou a irmã Dorothy – assinalou Ana Júlia Carepa, presidente da comissão externa. O relatório será também encaminhado ao Ministério Público.

## Rossetto: Exército vai participar de recadastramento de terras

Miguel Rossetto afirmou que o Exército brasileiro vai participar do programa de recadastramento de terras na Amazônia. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), autora do requerimento de convite ao ministro, disse que a regularização da ocupação das terras na região exige participação integrada de vários órgãos e esferas do governo.

Para mostrar a importância dos investimentos na infraestrutura do Pará, Ana Júlia ressaltou que, no passado, alguns assentamentos foram instalados sem estradas apropriadas, no meio da mata, a 100 quilômetros de um centro urbano. Esses assentamentos, segundo ela, carecem também de postos de saúde, escolas e assistência técnica.

## Comissão quer ouvir diretor da Abin sobre caso das Farc

Durante reunião secreta realizada na quinta-feira (31), a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprovou requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) solicitando que sejam ouvidos o coronel da PM-DF Eduardo Adolfo Ferreira e o diretor-geral-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Jose Milton Campana, sobre as possíveis contribuições feitas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores em 2002.

Ao final da reunião, o presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PT-DF), informou que a audiência deve ser realizada nesta quarta-feira. Antes, conforme o parlamentar, será aprovado o regimento da comissão. Cristovam informou, ainda, que o colegiado irá definir um programa de trabalho.

## Projeto de referendo completa 11 meses na Câmara

O projeto de decreto legislativo do Senado que marca para o primeiro domingo de outubro (dia 2) o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país está há 11 meses paralisado na Câmara. A proposta foi aprovada pelos senadores e enviada aos deputados no dia 5 de maio de 2004, e desde então aguarda deliberação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A realização do referendo está prevista no Estatuto do Desarmamento, de 2003, mas depende de decreto legislativo, cuja promulgação precisaria ocorrer ainda em abril, para dar tempo de organizar a consulta popular.

Na semana passada, a votação da proposta na Comissão de Segurança da Câmara foi adiada, depois de muita discussão e polêmica. Representantes de entidades que militam a favor do desarmamento chegaram a discutir com parlamentares contrários à medida. O deputado Raul

Jungmann (PPS-PE) pediu verificação de quórum e a sessão foi encerrada. O objetivo foi o de evitar alterações ao projeto originado no Senado. Para isso, a idéia é aprovar um requerimento de urgência à proposta, cujo conteúdo original seria levado diretamente ao Plenário.

A principal mudança feita pelo relator na Comissão de Segurança, deputado Vanderval Lima (PL-SP), atingiu a pergunta que será feita à população. Em vez de "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?", Lima propôs: "Deve ser proibido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para a sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma da lei?".

A alteração desagradou ao ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos.

– A mudança não tem sentido porque



Márcio Thomaz Bastos

ela já estava na lei. E, como todas as perguntas legais, ela tem que ser feita de uma maneira clara e sobre um fato só – defende o ministro.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, um dos idealizadores do estatuto, voltou a insistir, na semana passada, na importância da realização do referendo em outubro. Renan já conversou

com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, sobre a necessidade de votar a matéria.

– É fundamental que o decreto legislativo seja aprovado para que o referendo ocorra em outubro – afirmou.

Segundo Renan, "a eficácia da proibição da venda de armas depende da sociedade, e o referendo transfere a decisão a ela".

– É importante que a Câmara aprecie o projeto e, preferencialmente, não mude o que o Senado aprovou – defendeu.

## COMISSÕES



Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, entre Jereissati e Pavan, analisa panorama econômico e social do setor

## Comissão debate potencial do turismo no país

Com uma exposição repleta de números sobre o turismo no Brasil e no mundo, o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, compareceu à primeira reunião sobre o assunto da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), na semana passada. Ao falar sobre a relevância econômica e social do tema, o ministro ressaltou que o turismo já é o terceiro item na pauta de exportação do país, atrás apenas da soja e do minério de ferro.

– O turismo é negócio, gera empregos, distribui renda e atrai divisas internacionais. A expectativa deste ano é que 250 mil novos postos de trabalho sejam criados – disse Mares Guia.

O ministro afirmou que 95% dos empresários brasileiros do setor têm menos de 30 empregados. “O turismo no país é composto de pequenas empresas”, analisou, ao alertar para o risco da exploração do território brasileiro por grandes operadoras internacionais, como as que fazem cruzeiros marítimos.

Mares Guia apontou ainda alguns “gargalos”, como a malha rodoviária e o custo do turismo para a população em geral. Mas, na sua opinião, o grande entrave para o pleno desenvolvimento do turismo no Brasil é a aviação civil. Segundo observou, a escassez de linhas aéreas para novos destinos tu-

## Senadores destacam problemas que limitam atividade nos estados

Diversos senadores questionaram o representante do Executivo na reunião da CDR e apontaram problemas que comprometem o crescimento do turismo em seus estados, como a violência, a falta de recursos e as autorizações de licenças ambientais para a construção de empreendimentos turísticos.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) citou a má condição das estradas mineiras, que impede a circulação de turistas pelas cidades históricas do estado, enquanto Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou da falta de infra-estrutura no litoral norte baiano.

Também participaram do debate e cobraram investimentos em seus estados os senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN), Fernando Bezerra (PTB-RN), Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI), Mozarildo

rísticos e os preços oferecidos à população, somados à situação de endividamento de algumas empresas aéreas, retraem o fluxo de turistas dentro do país.

O presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), sugeriu que, pela complexidade do problema da aviação civil, seja marcada uma outra audiência específica com o propósito de debater a implicação do tema para o turismo.

### Divulgação é decisiva para o setor

O ministro informou que o Brasil é apenas o 31º país receptivo do mundo. Ele citou o Plano Aquarela, implementado por sua pasta para divulgar a imagem do país no exterior. Para Mares Guia, os recursos gastos em promoção do turismo não podem ser considerados despesa, mas investimento.

– Sem uma divulgação cuidadosamente planejada e bem executada, o que certamente envolve a aplicação de muitos recursos, não pode haver crescimento no setor – explicou.

Walfrido disse que o ministério pretende investir US\$ 60 milhões em promoção turística e acrescentou que 219 destinos turísticos já foram selecionados para serem desenvolvidos, sendo que 114 dessas localidades podem ser consideradas destinos internacionais.

Cavalcanti (PTB-RR), Patrícia Saboya (PPS-CE), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

O ministro sugeriu o seu comparecimento à CDR a cada três meses, quando são realizadas as reuniões do Conselho de Turismo. Segundo ele, essa seria a ocasião mais adequada para a cobrança dos objetivos não alcançados pelo ministério, já que, ao dar explicações sobre as dificuldades enfrentadas pela sua pasta, seria possível conseguir o apoio dos senadores na busca de mais recursos para o setor.

Durante a audiência, o ministro ressaltou ainda o que chamou de “casamento perfeito” da nova comissão do Senado.

– É ideal que o turismo esteja associado ao desenvolvimento regional, já que é um fator de mudança social onde é promovido – disse Mares Guia.

# Brasileiros detidos preocupam senadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) quer receber informações a respeito das providências tomadas pelo governo para dar proteção e assistência jurídica a 50 brasileiros detidos na Costa Leste norte-americana, no último dia 17. Requerimento com este objetivo, apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), foi aprovado na última



Integrantes da CRE aprovaram requerimento de informações sobre as providências do governo em defesa dos imigrantes ilegais presos nos EUA

quinta-feira pela comissão.

Segundo o senador, o governo brasileiro tem obrigação de zelar pelos imigrantes brasileiros nos EUA, que, além de serem cidadãos plenos e legítimos, enviam US\$ 5 bilhões a seus familiares no Brasil, todos os anos. Somente na Costa Leste, eles somam mais de 200 mil, destaca. Hélio Costa demonstrou ainda preocupação com a situação vivenciada no Paraguai.

– Cavalos estão sendo lançados contra brasileiros na região da fronteira de Foz de Iguaçu e Ciudad del Este, porque os comerciantes paraguaios querem expulsar os trabalhadores brasileiros. Em Hartford (Connecticut), as autoridades norte-americanas detiveram 50 brasileiros, por motivos desconhecidos. O Itamaraty tem obrigação de de-

fender os interesses desses cidadãos – afirmou Hélio Costa.

O senador manifestou preocupação com o que chamou de verdadeira “caça ao imigrantes ilegais” convocada nos estados do Texas e do Arizona (EUA), em que norte-americanos armados patrulhariam as fronteiras com o México.

## Andamento das Metas do Milênio

Aprovado pela CRE requerimento do presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PT-DF), para ouvir, em 28 de abril, o economista norte-americano Jeffrey Sachs sobre o andamento das Metas do Milênio, programa das Nações Unidas para erradicação da miséria no mundo, criado em 2000.

Cristovam explicou que o eco-

A CRE aprovou a realização de audiência pública, em Foz de Iguaçu (PR), para ouvir o embaixador do Brasil no Paraguai, Walter Pecly Moreira, e o governador do departamento de Alto Paraná, Gustavo Pedrozo, bem como representantes dos trabalhadores e comerciantes brasileiros que atuam no Paraguai.

nomista é coordenador do grupo das ONU encarregado de fiscalizar a execução do programa.

A propósito do requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) para convocação do ministro das Relações Exteriores para esclarecer a atuação das tropas brasileiras no Haiti, a comissão optou por aguardar um pouco mais o desenrolar dos acontecimentos.

## Líder indígena culpa governo por desnutrição

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na última quinta-feira, o presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil, Davi de Oliveira, denunciou o que classificou de “omissão” da Fundação Nacional do Índio (Funai) e culpou o atual presidente do órgão, Mércio Pereira Gomes, pela degradação de direitos e “até pela morte de indígenas por desnutrição”.

Oliveira afirmou que a troca de funcionários da Funai, que conheciam a realidade dos índios, por funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que não sabem lidar com essa população, levou “caos e confusão” para as aldeias.

– Se crianças indígenas hoje es-

tão morrendo, é culpa da direção da Funai. A incapacidade do órgão resultou em caos. Os jovens estão se suicidando – disse.

O líder indígena pediu “medidas urgentes para que o povo indígena não seja dizimado” e sugeriu ainda a criação de uma CPI para apurar denúncias de conflitos de terras com indígenas.

O presidente da comissão, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), afirmou que há lideranças indígenas preparadas para assumir a direção de políticas e órgãos que tratam dessa população. Ele informou que será divulgado em Londres relatório da Anistia Internacional

criticando a violação dos direitos dos índios brasileiros.

Entre as recomendações do documento, observou o senador, estão a criação de um Conselho Superior de Política Indigenista

e a elaboração de um novo Estatuto do Índio que elimine empecilhos burocráticos e legais na demarcação de terras indígenas. Juvêncio observou que essas são medidas defendidas

pela CDH.

Para o senador Delcídio Amaral (PT-MS), os problemas pelos quais passam os indígenas de Mato Grosso do Sul são resultado de situações geradas muitos anos atrás. Em Roraima, comentou, a situação é outra: a quantidade de diamantes existentes nas reservas indígenas atrai cobiça para a região.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que em Mato Grosso o governo estadual assumiu parte do trabalho de cuidar dos índios, o que diminuiu os conflitos na região. Já Augusto Botelho (PDT-RR) disse que os índios de Mato Grosso do Sul estão morrendo porque a Funai delega o cuidado daquelas populações a organizações não-governamentais (ONGs).



Juvêncio da Fonseca (D) ouve relato sobre a precária situação da saúde das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul

## COMISSÕES

# Pena em dobro para loteamento irregular

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a elevação das penas para quem realizar loteamento urbano sem autorização do órgão público competente, em desacordo com a legislação ou com o ato de licença. O projeto (PLS 264/03) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que altera a legislação sobre parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79) foi aprovado com emendas. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da CCJ, é também relator da matéria.

Pelo projeto, a pena de reclusão para quem realizar loteamento irregular ou veicular proposta com afirmação falsa sobre loteamento, que hoje varia de um a quatro anos, passaria a ser de dois a oito anos. Se for considerado crime qualificado, a pena aumentará para o mínimo de quatro e o máximo de dez anos de reclusão.

A proposta também eleva a punição para o crime de registro de loteamento ou de desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, bem como para o registro do compromisso



Senadores, em reunião da CCJ: aumento de pena pode reduzir os crimes de grilagem de terras nas grandes cidades brasileiras

de compra e venda, de cessão ou promessa de cessão de direitos, ou registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado. Nesses casos, altera-se a natureza da pena – de detenção para reclusão – e eleva-se o intervalo de um a dois anos para quatro a dez anos.

Além disso, esses crimes deverão ser punidos com multa de valor proporcional aos danos urbanísticos e ambientais.

## Emenda de Mercadante é aprovada pela CCJ

Emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovada pela CCJ, manteve as penas atuais de reclusão, sem o pagamento de multa, para os que realizam o crime de loteamento irregular sem visar o lucro. Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o projeto e disse que em seu estado a grilagem de terras urbanas é uma “verdadeira indústria”.

# Identificação de corretor reduz fraude

A CCJ aprovou também projeto de lei da Câmara (PLC 38/04) que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis. Essa obrigação altera a Lei 7.433/85, que dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas. O projeto ainda depende de exame em Plenário.

A identificação deverá conter endereço completo, CPF ou CNPJ e registro no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), além dos honorários recebidos.

O relator, senador José Mara-

nhão (PMDB-PB), informou que a exigência de que o valor pago ao corretor conste na transação afasta incorreções fiscais. A medida ainda prevê a hipótese de a compra e venda do imóvel ser realizada sem intermediação.

No relatório do projeto, lido pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), conclui-se que a proposição responde satisfatoriamente à demanda social.

O projeto (PLS 485/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS)

que cria a Secretaria Federal de Controle Interno, vinculada à Presidência da República, foi retirado da pauta para ser estudado.

O relator Rodolpho Tourinho (PFL-BA) elogiou a preocupação com o controle dos gastos do governo, mas disse que o Poder Executivo transformou a Corregedoria Geral da União em Controladoria Geral da União, que tem atribuição para realizar essa fiscalização. Simon acha, porém, que tal função não vem sendo bem exercida.

**Compra e venda de imóvel terá que identificar nome e valor pago ao corretor**

## Mausolés de ex-presidentes serão tombados

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer favorável ao projeto de lei (PLS 239/04) que determina o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-presidentes da República. A proposta, apresentada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), foi relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), segundo o qual os mausolés dos ex-presidentes constituem um testemunho histórico de “inquestionável relevância”.

A comissão aprovou também projeto (PLS 297/04) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que institui o Dia Nacional de Alimentação, em 16 de outubro, para conscientizar o poder público e a sociedade da importância do combate à fome.

## Aprovada criação do Prêmio Roberto Marinho

A CE aprovou a criação do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, a ser conferido anualmente pelo Senado a profissionais de jornalismo que tenham contribuído para o engrandecimento da área. Foi acolhido substitutivo do senador Hélio Costa (PMDB-MG) a projeto (PRS 41/04) de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que ainda será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.

A premiação será entregue, em sessão especial, até o quinto dia útil após 3 de dezembro. As indicações devem ser encaminhadas por entidades da sociedade à Mesa do Senado até o dia 31 de outubro. Conselho integrado por cinco senadores decidirá sobre o vencedor.

## Presidente da Anatel explicará ação de fiscais

Requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) para realização de audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral, foi aprovado pela Comissão de Educação. Amaral deverá esclarecer fiscalização feita por dois agentes da Anatel no último dia 9, na sede da TV Comunitária de Brasília. Poderão ser convidados também os diretores da TV, Paulo Miranda e Carlos Alberto Almeida.

A CE acolheu ainda requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para audiência pública sobre projeto (PLS 507/03) da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que discrimina as categorias que devem ser consideradas “profissionais da educação”.

## Patrus pede apoio a projeto que aperfeiçoa Bolsa-Família

O ministro do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Patrus Ananias, compareceu à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para pedir apoio à aprovação de empréstimo ao Banco Mundial, no valor de US\$ 572 milhões, destinado a aperfeiçoar o programa Bolsa-Família, com destaque para o controle de cadastro de beneficiários. O empréstimo deverá ser votado nos próximos dias.

Patrus Ananias aproveitou a oportunidade para informar que, com a incorporação de novas tecnologias ao programa, de governos estaduais e combater possíveis fraudes no sistema. O ministro também disse que será

feito um trabalho destinado a melhorar o controle da frequência às escolas de crianças beneficiadas pelo Bolsa-Família.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) cobrou do ministro maior empenho para que o ministério obtenha mais recursos.

– De nada vai adiantar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegar ao final do mandato apresentando bons índices econômicos, caso milhões de pessoas continuem passando fome no país – avaliou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a desigualdade social “vem aumentando”, mas o Patrus discordou. Para ele, o governo está resgatando a dívida social brasileira.

## Diplomas médicos cubanos não terão validação automática

O ministro da Educação, Tarso Genro, negou a possibilidade de validação automática dos diplomas de Medicina expedidos em Cuba para estudantes brasileiros. Ele anunciou que o MEC criará regras de aplicação universal para reconhecer diplomas de brasileiros formados no exterior.

– Não haverá privilégios nem tratamento especial para diplomas expedidos em Cuba. Entendo a pressão social que esses estudantes exercem, devido ao grande número (600), mas seria um arbítrio singularizar um país, e isso não vamos fazer

– garantiu ele na Comissão de Educação (CE).

Tarso Genro explicou que as normas não poderão ferir a autonomia das universidades, mas comparar os currículos das instituições estrangeiras e nacionais e prever a aplicação de provas escritas e orais.

Para o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), seria um “privilégio inaceitável” validar automaticamente os diplomas cubanos. O senador Tião Viana (PT-AC) disse em Plenário que o impasse tem cerca de dez anos e lamentou que ainda não haja solução oficial para o problema.



Tarso Genro (E), ao lado do presidente da CE, Hélio Costa: não haverá privilégios, mas regras gerais para validação dos diplomas

## Audiência aprova redução no peso máximo das cargas

Representantes de trabalhadores e técnicos do governo defenderam, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a aprovação de dispositivo a ser inserido na legislação trabalhista brasileira, reduzindo de 60 para 20 quilos o peso máximo que um empregado poderá remover individualmente no transporte, embarque e descarga de mercadorias, como estabelece projeto de lei (PLS 19/03) do senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

Para o senador, a lei sobre o tema, de 1946, precisa ser modernizada, pois naquela época os trabalhadores não dispunham de sistemas mecanizados para carga e descarga de mercadorias como existem

atualmente, a exemplo de empilhadeiras e esteiras rolantes. Ele disse que, na Europa, o peso não ultrapassa 20 quilos, inclusive para os trabalhadores da construção civil.

O senador Francisco Pereira (PL-ES) pediu a urgente aprovação do projeto. Mas o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) discordou, afirmando que a matéria, transformada em lei, será inócua na grande maioria das regiões do país, com destaque para o Nordeste. O senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que diminuir o peso para 20 quilos “é ridículo”. E propôs 40 quilos. Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto é de vital importância para a saúde do trabalhador.

## COMISSÕES

## Subcomissão da liquidação de bancos ouve Andrade Vieira

A Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), retomou na terça-feira (29) as atividades de avaliação de processos de liquidação de instituições financeiras conduzidos pelo Banco Central.

Na reunião, foi marcada para o dia 27 de abril audiência pública com José Eduardo de Andrade Vieira e Sérgio Rodrigues Prates, respectivamente representante e liquidante do Banco Bamerindus. Nesse encontro, será marcada a provável data para que sejam ouvidos os representantes do banco Banorte.

## Audiência discute combate à febre aftosa no Pará

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para a realização de audiência com o diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura e delegado do Brasil na Organização Mundial de Saúde Animal, Jorge Caetano Júnior.

Luiz Otávio quer que o diretor explique declaração segundo a qual "o Pará desenvolvia programa de erradicação da febre aftosa com falhas na vigilância sanitária e na estrutura dos serviços veterinários".

## Punição para quem utiliza menores na prática de crimes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, parecer favorável a projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estabelece punição para os que utilizam menores na prática de crimes. A matéria (PLS 118/03), que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), foi aprovada com emendas do relator, senador César Borges (PFL-BA).

De acordo com o texto final, estará sujeito a pena de reclusão de quatro a 15 anos quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crimes de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, extorsão, extorsão

mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor. A mesma penalidade será aplicada a quem envolver menores em ações criminosas relacionadas ao tráfico de entorpecentes (artigos 12 e 13 da Lei 6.368/76). A pena será elevada em um terço se a criança ou o adolescente sofrer lesão corporal grave e será duplicada no caso de morte do menor.

Mercadante disse esperar que a matéria seja aprovada com urgência pelo Congresso.

– Há quadrilhas que envolvem crianças e adolescentes em razão da inimizabilidade prevista na legislação. Essas quadrilhas estão atraindo de forma progressiva e preocupante menores que, muitas vezes, assumem a autoria dos crimes para proteger os adultos,

seus aliciadores. Esse projeto é uma forma de respondermos a um procedimento criminoso que vêm crescendo de forma assustadora no país – destacou Mercadante.

O relator elogiou a proposição, que, segundo observou, vem atender à necessidade premente de estabelecer legislação para os que exploram menores na prática de crimes.

– Trata-se de uma conduta condenável por si só, mas que tem o agravante de converter-se em verdadeira fonte de novos criminosos, ao influenciar mentes freqüentemente ainda imaturas com os supostos benefícios do crime – afirmou César Borges.



ROOSEWELT PINHEIRO

Autor da proposta, Mercadante espera urgência na aprovação pelo Congresso

## Investigação de paternidade

A CCJ aprovou também parecer favorável a projeto da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) que dirime dúvidas quanto à investigação de paternidade de filhos tidos fora do casamento. A proposta (PLS 191/04) fixa a competência para o juízo da Vara de Família. Havia questionamentos quanto a ser a questão também da competência da Vara de Registros, mas Patrícia diz que o novo Código Civil relaciona o assunto ao Direito de Família.

## CCJ regulamenta indicação para Conselho de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira (30) mecanismo que impede a indicação de parlamentares e seus parentes para integrarem o Conselho Nacional da Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.



Antonio Carlos

O dispositivo foi incluído no ato que estabelece regras para análise dos indicados para os dois órgãos, criados pela emenda constitucional que reformou o Judiciário, promulgada em dezembro de 2004. O texto prin-

cipal da norma foi aprovado na reunião anterior da CCJ.

O novo dispositivo estabelece que as indicações dos nomes para os respectivos conselhos deverão ser acompanhadas também de declaração de que o indicado não é membro do Congresso Nacional, do Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses poderes.

## Suspensas leis dos estados julgadas inconstitucionais

Foram aprovados por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) 30 projetos de resolução destinados a suspender a execução de dispositivos legais e de leis declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Entre as normas que tiveram itens suspensos estão leis estaduais sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em automóveis.

Além de obrigar o uso do cinto, a Lei 11.659/94, do estado de São Paulo, proíbe que crianças menores de dez anos viajem nos bancos dianteiros dos veículos. Já a lei gaúcha 10.521/95 obriga

o uso do cinto pelos ocupantes de veículos automotores em movimento nas vias urbanas do estado. Segundo o STF, a competência para legislar sobre trânsito é exclusiva da União.

A elaboração de projeto de resolução suspendendo a execução de leis declaradas inconstitucionais pelo STF é atribuição do Senado, prevista na Constituição.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) lembrou que há lei declarada inconstitucional pelo Supremo há 18 anos, sem que tenha sido encaminhada ao Senado para sua suspensão. O senador considera isso um desprestígio para a Casa.

## Projetos

## Simon: processo que não for analisado a tempo pelo Cade deve ser aprovado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs o fim da aprovação automática, por decurso do prazo, dos processos que não forem analisados a tempo pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (PLS 75/05). Simon apresentou ainda projeto sobre reconhecimento automático de diplomas de pós-graduação expedidos por faculdades sediadas

no Mercosul (PLS 80/05); proposta que especifica os crimes contra o sistema financeiro relacionados à emissão e venda de títulos ou valores mobiliários (PLS 79/05) e medida que submete à prévia aprovação do Congresso todo acordo fruto da solução de litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira (PLS 84/05).

## Restrição a porte de arma por juiz

O assassinato de um vigia por um juiz no Ceará levou o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a apresentar proposta que restringe o porte de arma de fogo para os magistrados às situações em que eles estiverem sofrendo ameaças à integridade física (PLS 78/05). Outra proposta apresentada pelo senador tem o intuito de evitar o envio irregular de divisas

ao exterior. O texto proíbe a realização de operações de câmbio por empresas de turismo ou outras que não sejam cadastradas no sistema financeiro internacional e detenham autorização do Banco Central (PLS 77/05). O projeto, diz Antero, elimina a possibilidade de o doleiro "cercar de uma capa de legalidade o estabelecimento em que exerce atividades ilícitas".

## Isenção de IPI para embarcações de pescadores

Os pescadores não serão obrigados a pagar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na compra de embarcações para uso profissional (PLS 87/05). É o que define projeto apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA). Para usufruir do benefício, o pescador deve estar registrado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e não pode alienar o transporte.

## Prioridade a deficientes e idosos

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou proposta (PLS 58/05) que altera o Código de Processo Civil, para conceder prioridade processual aos deficientes e para estender o benefício aos maiores de 65 anos, em conformidade com o Estatuto do Idoso. Além disso, o senador apresentou projeto que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Roraima (PLS 85/05).

## Punição para uso irregular de fundo constitucional

A punição de diretores e gerentes dos bancos administradores dos fundos constitucionais, responsáveis por financiamentos irregulares à administração pública (PLS 86/05), foi proposta pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). "Os gestores deveriam receber tratamento igual ao dado aos agentes públicos, de forma a reprimir atos ilícitos", argumentou o senador.

## Projeto amplia acesso ao Primeiro Emprego

Proposta apresentada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) faz uma ressalva na lei que cria o Primeiro Emprego para permitir a participação das micros e pequenas empresas, que façam parte do Simples, em que os dirigentes promovam a iniciação profissional de seus filhos

ou dependentes diretos (PLS 82/05). Além disso, Crivella propôs a criminalização da exposição, pelos meios de comunicação visual, de prova da paternidade resultante de teste de DNA. "São situações deprimentes que, lamentavelmente, irão marcar a criança ou o adolescente", justificou.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 8 e 30 de março

## COMISSÕES

# Para Palocci, carga tributária não sobe

A Medida Provisória 232 nem chegou a ser aprovada na Câmara, mas serviu para acender um debate que teve mais um capítulo na semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado durante audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci: a alta carga tributária nacional. Senadores de oposição reclamaram do grande volume de recursos retirados da sociedade pelo governo, que vem levando a Receita Federal a bater seguidos recordes de arrecadação e impedindo um desempenho ainda melhor da economia.

Palocci apresentou dados que contestam aqueles apresentados especialmente pelos senadores César Borges (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN), Almeida Lima (PSDB-SE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas admitiu que, por não haver ainda números sobre

o tamanho do produto interno bruto (PIB) de 2004, não existem dados suficientes que sustentem qualquer afirmação. Ainda assim, Palocci renovou o compromisso de que a carga tributária no atual governo será sempre inferior à de 2002.

Outro fator que apresenta ameaça ao bom desempenho da economia, na avaliação de senadores como Arthur Virgílio (PSDB-AM), é o aumento significativo dos gastos públicos. Palocci, por outro lado, atribuiu a elevação de gastos à retomada de investimentos, dado que também foi contestado. Outra medida que será adotada pelo governo para combater despesas, declarou o ministro, é o chamado “choque de gestão” na Previdência Social, que, segundo ele, pode reduzir o déficit nessa área de 2% para 1,6% do PIB.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, esteve com Palocci e



Palocci, Luiz Otávio, Renan Calheiros e Romeu Tuma, na audiência da CAE: ministro apresentou números para tentar convencer senadores de que a carga tributária não está aumentando

declarou que a política econômica do governo tem o apoio do Senado.

– O ministro explicou sufi-

cientemente aspectos delicados e controversos de sua política econômica, como câmbio, juros, carga tributária e autonomia do

Banco Central, e sai daqui com o respeito e o apoio do Senado à sua política de desenvolvimento – afirmou Renan.

## Ministro defende dois projetos

Dois projetos de lei que estão em tramitação no Senado tornariam as relações econômicas mais eficientes no país. A informação foi dada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Um deles (PLS 245/04), do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), regulamenta parte da Lei de Falências, para permitir o parcelamento de débitos tributários. Outro (PLS 263/04), de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), cria o cadastro positivo de adimplência, importante para reduzir taxas de juros para os bons pagadores.

A proposta de Bezerra, segundo Palocci, finaliza o ciclo de reformas do processo de recuperação judicial de empresas, estabelecendo as condições para o parcelamento automático das dívidas das empresas com o fisco. “A Lei de Falências praticamente perde a sua validade sem essa regulamentação”, afirmou Palocci.

– É necessário evitar que a cobrança judicial dos tributos e outras obrigações torne-se um entrave ao sucesso na recuperação do devedor, o que poderia implicar rejeição do plano e, conseqüentemente, decretação da falência de empresas potencialmente viáveis – argumenta Bezerra.

A matéria tramita em caráter terminativo na CAE, onde o relator, senador Tasso



Bezerra: parcelamento de débitos

Jereissati, já apresentou seu voto favorável na forma de substitutivo. Além das dívidas das empresas junto à Secretaria da Receita Federal, ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Jereissati incluiu aquelas administradas pela recém-criada Secretaria da Receita Previdenciária, bem como outras previstas em lei – como multas ambientais aplicadas pelo Ibama – que não estavam contempladas no projeto.

O relator também excluiu do texto original a possibilidade de parcelamento de débitos decorrentes da retenção de tributos descontados em folha – o que, pela legislação, é criminoso – e ampliou de cinco para 30 dias o prazo para que a empresa em dificuldade apresente as certidões de quitação de débitos tributários.

## Cadastro de bom pagador pode reduzir juro

Aumentar a segurança para quem concede crédito e diminuir as taxas de juros para quem paga em dia são os objetivos do projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) determinando que fornecedores de produtos ou serviços a prazo informem aos sistemas de proteção ao crédito quem paga suas parcelas sem atraso.

Atualmente, organismos como a Serasa (Centralização de Serviços Bancários) ou o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) mantêm bancos de dados que orientam a concessão de crédito. Somente a Serasa recebe mais de 2,5 milhões de consultas por dia por cerca de 300 mil empresas. Tourinho lamenta, porém, que esses organismos se limitem a informar se existem dados negativos sobre consumidores.

– Informações negativas são as que desabonam o interessado. São obstáculos a novas relações de consumo por acarretarem dificuldades de crédito – afirmou.

A proposta do senador foi citada por

Palocci, que pretende estimular o uso de informações positivas sobre crédito e relações comerciais, permitindo a redução das taxas de juros para os bons pagadores, sem comprometimento da privacidade.

O projeto vai ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator é o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), e depois pela CAE, em caráter terminativo.



Tourinho: informações positivas

## Luiz Otávio cobra informações

Durante a audiência pública, o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), cobrou de Palocci respostas aos seus requerimentos de informações acerca da operação financeira feita pela prefeitura de São Paulo durante a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, que não teria observado a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução do Senado 43/01.

A comunicação de que um aditivo contratual no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), no valor de R\$ 27 milhões, foi assinado pela prefeitura sem autorização do ministério ou da CAE, foi enviada por Palocci ao Senado em 27 de dezembro passado. A prefeitura nega que o contrato seja uma operação de crédito, mas o ministro, que teria sido instruído pela Procuradoria da Fazenda Nacional, identificou que houve descumprimento da legislação.

Palocci prometeu enviar ao Senado a documentação solicitada por Luiz Otávio, mas não se aprofundou no assunto durante a audiência pública. Ele tampouco comentou a Medida Provisória

237/05 editada em 27 de janeiro, que, entre outros assuntos, regulariza todas as operações do Reluz firmadas entre municípios, concessionárias de energia elétrica e a Eletrobrás, desde o lançamento do programa em 2000. A MP resolveria o problema não apenas de São Paulo, mas também de outros dez municípios, incluindo Salvador, Rio de Janeiro e Campinas (SP).

Ainda assim, na CAE, o ministro ouviu dos senadores César Borges e Arthur Virgílio comentários de que a medida provisória seria uma iniciativa para proteger aliados e que desmoraliza a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente da CAE espera, segundo disse, que a ex-prefeita Marta Suplicy marque data para o comparecimento à comissão, o que pode ocorrer antes mesmo de as informações solicitadas chegarem ao Senado. Além de Marta, Luiz Otávio quer ouvir esclarecimentos do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, do presidente da Eletrobrás, Silas Rondeau, e do presidente da AES Eletropaulo, José Eduardo Bernini.

**Palocci promete enviar à CAE documentação sobre o caso Marta Suplicy**

## Autonomia do BC cabe ao Congresso

Partidário da autonomia operacional do Banco Central (BC), o ministro da Fazenda Antonio Palocci reconhece que essa é uma discussão que pertence ao Congresso. Ele elogiou a iniciativa da CAE de promover ciclo de debates sobre o assunto.

– Esse projeto não é do governo. O debate deve analisar o interesse da medida para a estabilidade da política monetária, de acordo com decisões técnicas. Os debates vão indicar qual a melhor forma e momento de institucionalizar essa idéia. Não é um debate ausente de polêmicas, mas é oportuno. O Senado tem condições de fazer um debate de grande qualidade – afirmou o ministro.

Em defesa da tese, Palocci apontou o sucesso internacional do modelo em que o governo estabelece metas, como as de inflação, e o BC escolhe os instrumentos para alcançá-las.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou não estar convencido das vantagens da autonomia do BC. Os cinco países com as maiores taxas de crescimento recentes, entre eles a China, não têm BC autônomo, informou. Pode ainda haver uma “simbiose burocrática” entre interesses públicos e privados, a exemplo de membros da equipe econômica dos últimos governos que estão trabalhando hoje em instituições financeiras.

Em Plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), autor de projeto de lei complementar que propõe a independência do BC (PLS 73/05), disse que as metas de inflação terão mais credibilidade junto aos agentes econômicos se os diretores e o presidente do BC não precisarem fazer concessões políticas.

– Se a autonomia de que goza o Banco Central for formalizada, o Brasil só terá a ganhar – disse ele.

## COMISSÕES/PLENÁRIO

## Governistas comemoram fim do acordo com o FMI

A decisão da equipe econômica de não renovar o acordo que o país mantinha com o Fundo Monetário Internacional (FMI) desde 1998 foi comunicada ao Plenário na semana passada. Os parlamentares da base de sustentação do governo comemoraram a decisão, que era esperada, conforme afirmaram, já que o Brasil não sacava recursos do Fundo desde setembro de 2003.

– Parabenizo a equipe econômica por essa conquista, que é a saída do FMI. O país hoje tem confiança, crédito, transparência nas contas públicas e externas – afirmou o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que deu a notícia.

Mercadante listou os avanços econômicos que permitiram o desligamento do FMI: superávit comercial acima de US\$ 32 bilhões; crescimento econômico

de 5,2% em 2004; redução de 61,5% para 51,5% do percentual de comprometimento do produto interno bruto (PIB) pela dívida pública; superávit de US\$ 11,5 bilhões nas transações correntes, que se traduz em queda do endividamento externo.

– O cenário atual é muito diferente do momento em que o governo brasileiro precisou recorrer ao FMI para sanar os equívocos da âncora cambial aplicada entre 1994 e 1998 – comentou Mercadante, que atribuiu à equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso medidas que comprometeram as reservas cambiais, fragilizaram as finanças públicas, aumentaram a relação PIB/carga tributária de 28% para 35% e impuseram déficit de US\$ 186 bilhões nas transações correntes.

## Para oposição, continuidade da política de FHC é a causa

Senadores da oposição atribuíram o fim do acordo com o FMI à continuidade da política econômica do governo FHC e ao cenário internacional sem turbulências econômicas.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), considerou a decisão “um caminho natural”. Como o colega de partido Eduardo Azeredo (MG), Virgílio advertiu que não se deve descartar a possibilidade de renovação, caso o Brasil enfrente crises externas como no governo passado.

– Até agora tem havido céu de brigadeiro. No entanto, surgiram sinais de que o tempo pode mudar: aumentaram os juros básicos pagos pelos títulos norte-americanos e o preço do petróleo estacionou num nível elevado. Os juros podem tirar os investidores dos países emergentes, enquanto o petróleo pode provocar inflação inclusive no

Brasil – avaliou, alertando que o governo, ao tomar a decisão de caminhar com as suas próprias pernas, tem que manter as contas equilibradas.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que, com as metas de superávit primário no patamar de 5,18% do PIB, o anúncio do fim do acordo com o FMI é “puro marketing”.

– O presidente Lula tem sido o aluno mais disciplinado e exemplar do FMI – observou o parlamentar.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) se mostrou preocupado com a retomada dos investimentos das estatais, que estavam limitados pelo acordo com o FMI, enquanto que o senador José Agripino (PFL-RN) considerou que a manutenção da meta de superávit primário de 4,25% impedirá a União de fazer investimentos.

## Senadores destacam pontos positivos da decisão

“Não renovar o acordo com o FMI é o melhor atestado da saúde econômica de nosso país”, opinou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para quem o gesto só foi possível porque o Brasil diminuiu sua vulnerabilidade externa.



Leomar Quintanilha

Entre os índices que indicam a melhoria da situação econômica brasileira, Ideli citou as reservas cambiais (US\$ 37 bilhões), com o maior valor desde que o governo recorreu ao FMI.

– Quando o governo Lula assumiu, 40% da dívida brasileira estavam atrelados ao dólar. Qualquer turbulência internacional tinha efeito devastador sobre nossa economia. Hoje esse percentual é de apenas 5% – completou Ideli.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) destacou a disposição do governo de manter as contas públicas ajustadas e disse que, agora, o país deve reduzir os juros, o déficit da Previdência e o número de trabalhadores na economia informal.

– Os fundamentos da economia nunca estiveram tão sólidos. Apesar do avanço, não se pode ter um sentimento de embriaguez e acreditar que o país resolveu seus problemas – enfatizou Garibaldi.

Na opinião de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) a não renovação com o FMI é “uma notícia alvissareira”. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) viu com alegria a não renovação do empréstimo.

# Câmara vota a MP 232, que agora só corrige IR

A Câmara dos Deputados deve apreciar nesta terça-feira (5) a nova redação da Medida Provisória 232/04, que agora limita-se a corrigir em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Os artigos que transformaram a medida na “MP dos Impostos” foram revogados pela MP 243/05, publicada na última quinta (31 de março) em edição extraordinária do *Diário Oficial da União*. Esses artigos entrariam em vigor na sexta (1º de abril) e elevavam tributos das empresas prestadoras de serviços, agricultores e empresas brasileiras com filiais no exterior. Agora, esses aumentos estão suspensos até a aprovação da MP 243.

Líderes da base aliada e a própria Secretaria Geral da Câmara estudam agora a solução regimental a ser dada, pois esta é a primeira vez, desde as mudanças na tramitação de MPs, que uma medida tem artigos revogados após o início do processo de votação em Plenário.

Quando a MP 243 foi editada, a Câmara já havia começado a apreciar requerimento do PSDB para votação fracionada da MP 232. O objetivo era derrubar os aumentos de impostos e garantir a correção da tabela do IRPF, já que o relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), havia emitido parecer contrário à MP, por orien-

tação do próprio governo, que prometera o envio de projeto de lei para corrigir a tabela.

### Mobilização levou a recuo do governo

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), chamou de recuo do governo a decisão de editar nova medida provisória em substituição à MP 232. Segundo ele, o recuo teria acontecido em razão de um sentimento de derrota diante da mobilização popular contra o aumento de impostos.

A MP 243 foi anunciada pelos líderes do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Segundo Chinaglia, para compensar o que o governo considera perda de arrecadação gerada pela correção da tabela (estimada em R\$ 2,5 bilhões pelo Executivo), um projeto de lei será enviado ao Congresso Nacional com propostas para combater a fraude e a sonegação fiscal.

A nova medida provisória concede também prazo de 30 dias, a partir de 31 de março, para aquele que foi notificado de decisões administrativas da Receita Federal entre 1º de janeiro e 31



Eduardo Azeredo: pressão contra aumento de impostos gerou impasse

de março interpor recurso a um dos conselhos de contribuintes. Isso porque um dos artigos revogados da MP 232 havia limitado essa possibilidade de recurso à segunda instância administrativa nos processos fiscais.

A tramitação da MP 232 na Câmara foi marcada por reviravoltas desde sua edição, em 30 de dezembro de 2004. A oposição defendia sua derrubada sob o argumento de que não aceitaria qualquer aumento na carga tributária; a base aliada admitia alterações na medida, mas defendia a correção da tabela do Imposto de Renda.

A publicação da MP 243 foi a forma encontrada pelo governo para contornar o impasse e permitir a aprovação da MP 232.

## Oposição não vê necessidade de novas receitas

O argumento do governo de que a correção de 10% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) precisa ser compensada com novas receitas tributárias, como determinava a Medida Provisória 232/04, foi contestado com veemência pelos senadores da oposição na semana passada.

Recorrendo a números contidos no Orçamento de 2005, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), avisou que já há previsão de recursos para a correção da tabela (R\$ 1,95 bilhão). Dessa forma, ele classificou como falsa a afirmação de que a correção progressiva da tabela do IRPF seja uma forma de renúncia de receitas que precisa de novas fontes de recursos.

Ele explicou que o índice de 10% admitido pela MP 232 e pela recém-editada MP 243 é bem inferior à inflação acumulada na “primeira metade do governo”, de 18%. A não correção da tabela do IRPF, continuou, está se convertendo em um aumento significativo da carga tributária, de quase 12%, para o contribuinte.

Essa posição também foi defendida pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que disse que a correção da tabela do Imposto de Renda “não representa rombo para as contas do governo e não é concessão de benefício algum”.

– Na realidade, a não correção da tabela é que representaria a constituição de receita indevida. Afinal, todos sabem que, desde 1996, só foi realizada uma correção, em 2002, e ainda assim, em percentual muito aquém do que o correto: 17,5% – considerou Tourinho.

O senador José Agripino (PFL-RN) também criticou o governo pelo que ocorreu com a MP 232. Ele usou o episódio, juntamente com o que chamou de “fracasso da reforma ministerial”, para exemplificar a “falta de comando” no Poder Executivo.

### Renan condena uso de MP para matéria tributária

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a polêmica causada pela MP 232/04 foi “o exemplo mais eloqüente” de que o governo não pode continuar a legislar sobre matéria tributária por meio de medidas provisórias.

Para ele, as MPs “são atos repentinos, e não podem ser utilizadas para fixar tributos regidos pela perspectiva da permanência”.

– Além disso, as MPs apequenam o Congresso e abarrotam a pauta, fazendo com que o Executivo legisle mais do que o Legislativo – disse, após afirmar que não dá mais para aceitar o aumento da carga tributária.

### Alteração de uma MP por outra é legítima, afirma consultor

Com a edição da MP 243, o reajuste da tabela do IRPF, em vigor desde 1º de janeiro, foi mantido. Com a revogação dos artigos que aumentavam tributos para prestadores de serviço e o setor agrícola, a Câmara deverá chegar ao consenso para votar a MP 232, que, se aprovada, será então analisada pelos senadores.

Somente após a aprovação pelas duas Casas a correção da tabela vira lei. Não será necessário um decreto legislativo para regular os efeitos dos artigos que aumentavam a carga tributária, porque eles só valeriam a partir de 1º de abril, conforme previa a MP 232/04.

O consultor jurídico do Senado Fernando Trindade esclarece que a revogação de parte de uma MP por meio de outra “é legítima e já ocorreu em outras ocasiões. Há até jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito”.

## PLENÁRIO

**Demostenes: falta investir mais em segurança**

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o governo federal investiu apenas um real por ano para cada habitante na área de segurança. Ele lamentou que, enquanto o país manda tropas para o Haiti, a violência esteja explodindo nas cidades do Entorno de Brasília, onde são assassinadas em média 30 pessoas por mês. O parlamentar citou Águas Lindas (GO), que tem apenas um policial para cada 10 mil habitantes e uma viatura para cada 125 mil.

**Pavan critica Lula por manutenção da CPMF**

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a permanência e o valor da alíquota (0,38%) da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). Além de protestar contra "a perpetuação do tributo" e a fixação da "maior alíquota possível", Pavan criticou a "mudança" de posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quando estava na oposição chamava a CPMF de "imposto cruel".

**Paulo Paim quer proteger empregos de maiores de 45**

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu que a reforma sindical e trabalhista em estudo pelo governo proteja os empregos dos que têm mais de 45 anos. Sem negligenciar a importância do jovem no mercado de trabalho, a reforma deveria preconizar a geração de mais postos de trabalho e não a discriminação contra os mais velhos, disse. - Nós defendemos, e muito, o primeiro emprego, mas entendemos que a experiência acumulada do povo com mais de 45 anos não pode ser jogada na lata do lixo.

**Motta acha absurda a prática do overbooking**

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) criticou a prática das companhias aéreas brasileiras de venderem passagens acima da capacidade das aeronaves (*overbooking*). Vender passagens a mais, na opinião do senador, caracteriza "desonestidade".

- Vivemos hoje uma situação vergonhosa. Tenho sido procurado por vários usuários da aviação brasileira, todos reclamando da mesma situação. Esses diretores que não respeitam o passageiro têm que tratar dignamente o usuário da aviação brasileira - protestou.

# Simon diz que Jango evitou guerra civil

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou na última quinta-feira o golpe militar ocorrido no dia 31 de março de 1964, ressaltando a retomada da democracia, com a eleição de Tancredo Neves à Presidência, pelo Colégio Eleitoral, em 1985. Para o senador, naquele período o país só não mergulhou em uma sangrenta guerra civil porque o então presidente João Goulart preferiu se exilar, repetindo, por outro meio, o gesto de Getúlio Vargas em 1954, que optara pelo suicídio.

O parlamentar gaúcho ressaltou que o movimento golpista vinha sendo organizado bem antes da chegada de João Goulart ao Palácio do Planalto, quando sucedeu a Jânio Quadros, que renunciara. Citou ainda que "o espírito de golpe" era alimentado politicamente pela União Democrática Nacional (UDN) e alcançou, em 1964, apoios decisivos tanto de setores da Igreja quanto da mídia nacional, com exceção do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro.

Alguns fatos históricos foram lembrados pelo senador. Segundo ele, o então comandante do II Exército sediado em São Paulo, Amaury Krueel, teria aceitado conter o movimento golpista iniciado em Minas Gerais, porém exigia de João Goulart um pronuncia-

mento claro contra o comunismo e críticas públicas aos movimentos e lideranças sindicais. De acordo com Simon, Jango, para não manchar a sua história pessoal, recusou a proposta.

Simon lembrou também que quando o Congresso declarou vago o cargo de presidente, na madrugada de 1º de abril, Jango estava com o comandante do III Exército, Ladário Telles, em Porto Alegre, discutindo as possibilidades de reação ao golpe.

- O III Exército preparava-se para resistir, embora o próprio comandante já alertasse para as dificuldades da iniciativa - disse.

O senador aproveitou para ironizar a UDN, que, interessada em chegar ao poder, acabou substituída pelos próprios militares. O papel de sucedê-los, segundo Simon, caberia a Tancredo Neves, em 1985.

**Homenagem ao papa João Paulo II**

No dia seguinte (1º) Simon voltou à tribuna para homenagear o



CÉLIO AZEVEDO

**Para Simon, renúncia do presidente impediu um conflito armado após o golpe dos militares, em 31 de março**

papa João Paulo II.

- Os bens que temos na terra são uma hipoteca divina, podemos usá-los, mas não à custa da fome da miséria dos outros. As grandes nações precisam olhar para os pobres, para a necessidade de justiça social - disse o senador. Ele ressaltou que o mundo precisa da linguagem, de paz e respeito às diferenças, que caracteriza a mensagem papal.

Por iniciativa do senador Mão Santa (PMDB-PI), que presidia a sessão, os senadores rezaram o Pai-Nosso pelo Papa.

**Mão Santa viu enterro da democracia com o golpe**

O aniversário de 41 anos da instalação do regime militar no país foi lembrado, na quinta-feira passada (31), pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). "A data de hoje foi marcada pelo enterro da democracia", lamentou.

Em seu discurso, o parlamentar rememorou o papel do então MDB, que originou o PMDB, na democracia e destacou a importância de personalidades políticas como Teotônio Vilela, Pedro Simon e Ulysses Guimarães no comando para reconduzir o país ao regime democrático.

Segundo o senador Mão Santa, para difundir os valores democráticos, há 32 anos, em 1973, o MDB lançava Ulysses Guimarães como o antecandidato. Mão Santa também homenageou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que ouvia seu pronunciamento do Plenário, como o símbolo do partido. Para Mão Santa, Simon deve ser hoje o grande comandante do PMDB.

**Cristovam alerta para risco de "golpe moral"**

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) advertiu os parlamentares para o risco de a opinião pública dar um "golpe moral" contra o Legislativo.

- Não vejo risco de golpe militar, porque hoje a tropa é disciplinada. O risco que vejo hoje é de um golpe mais grave do que o militar: um golpe moral dado pela opinião pública contra o Congresso - disse.

Cristovam apontou que o Parlamento não tem colocado em pauta projetos importantes, citando entre eles proposta da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que garante direito a creche a todas as crianças.

- Discutimos pequenas coisas e pequenas desavenças - acrescentou. E comparou: "Não damos recursos para saneamento mas queremos verbas de gabinete".

**Alvaro sugere saída para crise na fronteira**

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que proporá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a realização de uma audiência pública, em caráter emergencial, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), para debater a situação dos brasileiros expulsos de

Ciudad del Este, Paraguai, na última terça-feira. Para ele, a expulsão se deu em represália ao aperto na fiscalização pela Receita Federal do Brasil de mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

Alvaro Dias acredita que a audiência pública poderá chegar a um acordo que dê segurança às famílias dos brasileiros que trabalham no Paraguai.

- São cerca de dez mil negociantes que têm investimentos e propriedades naquele país - estimou.

O senador sugeriu que sejam convidados para a audiência o embaixador brasileiro no Paraguai, Valter Peclly Moreira; o prefeito da cidade de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi (PDT); o intendente (prefeito) da Ciudad del Este, Javier Zacarias, e representantes di-



Alvaro Dias

plomáticos do governo paraguaio, para negociar uma solução para esse impasse.

O senador paranaense também criticou a atuação da diplomacia brasileira na crise.

- O Itamaraty tem sido mais do que tímido, tem sido ausente, no tocante a esse problema - disse.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu a criação de uma zona de livre comércio na cidade de Foz do Iguaçu, como forma de solucionar o problema.

**Jefferson aponta frustração com a reforma ministerial**

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou que a reforma ministerial prometida pelo governo tenha se limitado à exoneração do senador Amir Lando (PMDB-RO) do Ministério da Previdência Social. O parlamentar disse desconhecer o motivo pelo qual seu colega perdeu o cargo. "Por que ele foi exonerado? Ele era incompetente? Cometeu deslizes? Entrou em choque com o presidente? Por que saiu Amir? Eu não sei, só ele [o presidente] sabe. O fato é que eu não gostaria de estar na situação constrangedora em que colocaram o nosso colega", afirmou o senador, que criticou duramente o comportamento do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), durante a reforma ministerial.

**Lúcia Vânia critica elevação de despesas**

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a elevação da carga tributária deve ser relacionada ao aumento dos gastos do governo. Ela lembrou que a edição da Medida Provisória 232/04 - que aumentava a carga tributária de prestadores de serviço e produtores rurais - ocorreu ao mesmo tempo em que a imprensa divulgou o aumento dos gastos do governo com o custeio da administração direta, autárquica e fundacional, em 2004. Sem considerar as despesas com pessoal, disse, os gastos cresceram 25% em relação a 2003, passando de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 13,1 bilhões, entre os quais passagens aéreas (36%) e diárias (25%).

**Azeredo condena posição do governo no caso Vasp**

O senador Eduardo Azeredo (MG), em nome do PSDB, protestou contra a decisão do governo federal de bloquear, por meio do Tesouro Nacional, repasses de recursos da União ao governo do estado de São Paulo, por conta de dívida contraída pela Vasp, na década de 80, renegociada nos idos de 90. O estado de São Paulo responde pela condição de fiador da empresa aérea em uma dívida global estimada em R\$ 590 milhões. Segundo o senador, o Tesouro chegou a bloquear a quantia de R\$ 57 milhões, medida revogada horas depois por liminar acatada pelo Supremo Tribunal Federal. Em nota pública, o governo de São Paulo considerou estranho o fato de o Tesouro não cobrar a dívida diretamente da Vasp, que teria um crédito estimado junto à União de R\$ 1,5 bilhão.

## PLENÁRIO

# Bornhausen diz que governo é incoerente

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) definiu como incoerente e incompetente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador avalia que as decisões do Executivo nos últimos três meses se enquadram no dito popular "beijar o desastre", pois traduzem o sentimento do povo em relação àquilo que deveria dar certo e não deu ou que era de fácil resolução e se tornou um caos.

– A incompetência é do presidente da República porque é ele quem escolhe seus auxiliares. No início, em vez de baixar o compulsório dos bancos, diminuir a

taxa de juros e manter a carga tributária por quatro anos, ele não o fez – observou Bornhausen.

Na avaliação do senador, o presidente "beijou o desastre" quando permitiu a diminuição da renda e o aumento do desemprego, e incluiu a classe média no rol da pobreza.

Bornhausen disse que o ano de 2004 teve excepcional crescimento mundial, o que não ocorria há décadas. Nesse ano, alguns países emergentes cresceram em torno de 10%,



Jorge Bornhausen: o presidente "beijou o desastre" ao impedir crescimento do país

declarou. As decisões do governo, no entanto, impediram que o Brasil avançasse, embora o ano tenha sido comemorado com intensa propaganda na mídia, concluiu Bornhausen.

## ACM apela por demissão de Humberto Costa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) voltou a pedir a demissão do ministro da Saúde, Humberto Costa. O parlamentar baiano acusou o ministro de incompetência, disse que os hospitais federais funcionam em condições precárias e responsabilizou o governo pelo surgimento de casos de mal de Chagas em Santa Catarina.

Também mereceu críticas de Antonio Carlos a decisão do governo de utilizar as Forças Armadas no atendimento à saúde no Rio de Janeiro. O senador afirmou que os militares deveriam ser aproveitados na segurança pública.

– Os homens que, para o governo, não servem para dar segurança à população daqui a

pouco vão tomar conta de todos os hospitais federais do Brasil, pois todos estão ruins. São 350 mil homens – comentou.

Antonio Carlos declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve procurar alguém de sua confiança para comandar o Ministério da Saúde. Ele também qualificou de atabalhoada a reforma ministerial.

## Tabaré "dá exemplos formidáveis ao povo"

Conduzido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, à sessão que se realizava na manhã de sexta-feira no Plenário da Casa, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, foi homenageado em discurso do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que falou em nome da instituição, exortando à união na América do Sul.

– Se for para integrar de fato o Brasil, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina e toda a América

do Sul, que seja não apenas no sentido de o capital poder se mover, de os bens e serviços poderem se mover, mas do ponto de vista de os seres humanos poderem se mover. Que seja no sentido de haver uma verdadeira integração e, sobretudo, o direito inalienável de todos nós podermos participar da riqueza de nossas nações – declarou Suplicy.

O parlamentar lembrou que, numa das principais praças de

Montevideu, há uma estátua representando uma pessoa puxando uma carroça, que está enclachada num buraco.

– O presidente Tabaré Vázquez é um pouco como essa pessoa, que vai levar sua nação a seu destino, saindo dos grandes obstáculos que, por vezes, perturbaram tanto seu país quanto o nosso. Vossa Excelência está dando exemplos formidáveis a seu povo e a todos nós brasileiros – afirmou.

## Virgílio aponta motivação política em intervenção

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o PSDB passará a votar contra o governo em todas as ocasiões – mesmo em votos de louvor ou de pesar –, até que o Palácio do Planalto perceba "que não pode desrespeitar a Constituição e as regras civilizatórias".

O protesto de Virgílio foi motivado pelo episódio da intervenção federal no setor de saúde pública do Rio de Janeiro.

Na opinião do senador, a intervenção aconteceu por motivos políticos, a fim de prejudicar a pré-candidatura à Presidência da República, pelo PFL, do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia.

– Não é a saúde que preocupa o governo federal, e sim

a candidatura de César Maia. Agora o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, está sendo perseguido pelo governo Lula – denunciou o senador, referindo-se a outro possível pré-candidato a presidente, dessa vez pelo PSDB.

Virgílio afirmou que o PSDB votará contra as propostas do Executivo até que o PT perceba "que o governo pode muito, mas não pode tudo".

– Ou o governo respeita hoje São Paulo, o Rio de Janeiro, todos os estados, a Constituição, ou o presidente da República opta por se confrontar conosco em qualquer situação. Vamos mudar o comportamento e fazer jogo de guerrilha – afirmou, dizendo que o PT passará a enfrentar uma "nova oposição".

## Mão Santa diz que saúde e segurança são precárias

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou, na sexta-feira, a atuação do governo em relação à saúde e à segurança no país. Segundo o senador, de cada 12 meses de trabalho das pessoas, cinco vão para o governo, na forma de impostos. No entanto, observou o parlamentar, não haveria contrapartida em benefícios sociais.

– Hoje é o Dia da Mentira. Um dia em homenagem a quem governa este país porque eles mentem a cada instante: dizem que tudo vai bem, mas é mentira – afirmou.

Manchete de quinta-feira do jornal *Diário do Povo*, de Teresina, citou Mão Santa, dizia que o Hospital Getúlio Vargas (HGV) suspendeu cirurgias por falta de gaze. Ele informou ainda que o hospital universitário funciona parcialmente e ressaltou que 37% das operações cirúrgicas são realizadas em maranhenses, o que torna esse hospital um



Mão Santa: Dia da Mentira é homenagem ao governo, que mente a cada instante

"ícone" da saúde no Nordeste. O senador apelou ao Ministério da Saúde para que dê atenção ao HGV e saudou os profissionais de saúde que trabalham naquele hospital, apesar da precariedade de condições.

– A saúde tem que ser um sol que nasce para todos. Quero ao Piauí a mesma atenção que o governo federal está dando ao Rio de Janeiro – pediu.

### Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu sexta-feira o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez (*que cumprimenta Pedro Simon*). Durante o encontro, foram discutidos o relacionamento entre o Brasil e o país vizinho e as perspectivas do Mercosul.

### José Reinaldo quer apoio para empréstimo

Renan Calheiros prometeu ao governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, ajudar na liberação do contrato de empréstimo entre o Banco Mundial (Bird) e o governo do estado para aplicação no programa local de combate à

pobreza. Segundo o governador, o empréstimo aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos. O contrato será firmado no valor de US\$ 40 milhões, sendo US\$ 30 milhões do Bird e US\$ 10 milhões do estado.

### Curtas

**HOMENAGEM** - Ao ser condecorado na última quarta-feira com a Ordem do Mérito Militar pelo comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, Renan Calheiros disse que o Exército precisa de recursos para se modernizar e ter condições tecnológicas e operacionais para defender as fronteiras.

**AJUDA** - A dívida dos clubes de futebol brasileiros deverá ser debatida em encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com Renan Calheiros, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, e representantes dos clubes. "É preciso fazer alguma coisa para a renegociação das dívidas dos clubes, senão eles vão fechar", comentou o presidente do Senado.

### Reforma política: consenso

Os quatro maiores partidos com representação no Congresso Nacional (PMDB, PT, PFL e PSDB) chegaram a um consenso em torno de três pontos da reforma política: a mudança regimental que garante a fidelidade partidária em relação ao resultado da eleição; a manutenção da cláusula de barreira com a criação de uma federação de partidos; e a votação em lista fechada mista de candidatos, nas eleições de 2008. O consenso foi alcançado em

reunião na última quarta-feira, organizada pelo presidente do Senado com os presidentes do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), do PT, José Genoíno, do PMDB, deputado Michel Temer (SP), o senador Marco Maciel e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, deputado Antonio Carlos Biscaia (RJ). Renan defendeu o fatiamento da reforma política.

### Convênio com Ministério da Defesa

O Projeto Rondon poderá se beneficiar com o convênio assinado na última quinta-feira por Renan Calheiros e pelo ministro da Defesa, José Alencar, para cooperação técnica, científica e cultural entre as duas instituições.

Destinado a promover a integração entre o Brasil desenvolvido e o não-desenvolvido, o projeto leva estudantes de centros urbanos para ajudar comunidades distantes com cursos de alfabetização.

## PLENÁRIO

## Heloísa Helena faz apelo em favor de famílias

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez um apelo para maior urgência na entrega de cestas básicas e fornecimento de água às famílias de 26 municípios de Alagoas em estado de emergência em função da seca. Ela protestou contra decisão do governo de excluir desse atendimento os que já recebem o Bolsa-Família ou outro tipo de benefício governamental.

## Teotônio pede política de gestão das águas

Ao lembrar o Dia Mundial da Água em 22 de março, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) manifestou sua preocupação com a escassez de recursos hídricos. Ele lembrou que a qualidade e a gestão da água serão os desafios mais consistentes deste século. Teotônio mencionou a rigorosa seca enfrentada pelos estados do Sul, lamentando que o Brasil sofra não apenas com a falta de água, mas também com a falta de uma política para enfrentar a questão.

## Suassuna defende solução para estiagem na PB

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), pediu aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, para que encontrem uma solução para os agricultores da Paraíba, que sofrem em razão da recente estiagem no estado. Suassuna explicou que eles estão acumulando perdas com dívidas contraídas em secas anteriores. Mesmo assim, o senador se disse satisfeito com a chuva que caiu nos últimos dias, fazendo com que a situação se amenize, pelo menos, para os criadores de gado.

## Mozarildo quer plebiscito para novos estados

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a realização de plebiscito popular sobre a criação de novos estados e territórios no Brasil. O senador reclamou que a questão está sendo distorcida pela imprensa. Ele é autor de projetos de decretos legislativos, já aprovados pelo Senado, propondo consulta aos habitantes sobre a criação dos estados de Tapajós e do Araguaia.

# Delcídio vê potencial nos créditos de carbono

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o Brasil é o país com maior potencial de geração de créditos de carbono no mundo. Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, acordo para reduzir a emissão de gás carbônico no planeta, os países que emitem uma quantidade do gás abaixo do limite estipulado podem vender seus créditos para outros países que tenham ultrapassado sua meta.

Delcídio comentou que o Brasil entrou oficialmente no mercado de créditos de carbono em junho de 2004, quando o governo anunciou os dois primeiros projetos aprovados para participação no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Os certificados emitidos por empresas brasileiras, auditados por consultores especializados, são comercializados por aproximadamente US\$ 5 por tonelada de gás carbônico.

– Para se ter uma idéia do potencial a que me refiro, apenas

com a estrutura das empresas em funcionamento e aptas a emitir certificados, o Brasil deverá movimentar, neste ano, perto de US\$ 1 bilhão em negócios verdes – afirmou.

O senador informou ainda que quem mais compra créditos de carbono são as empresas japonesas. Em segundo lugar, vêm os fundos do Banco Mundial, seguidos pela Holanda.

– Os países signatários do Protocolo de Kyoto concordam que a maior parte do aquecimento registrado nos últimos 50 anos foi provocado por atividades humanas, como a queima de carvão, gás e petróleo – explicou Delcídio.

Outro ponto que merece atenção, disse o senador, são as mais



Delcídio Amaral: Brasil pode lucrar muito com o mercado dos créditos de carbono

de duas mil usinas que processam cerca de 90 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e mais de 67 milhões de toneladas de bagaço, como subproduto. O bagaço, utilizado sozinho como fonte de energia, ou em conjunto com o carvão ou outro combustível, pode se transformar em mais de 25 milhões de toneladas de carbono, ou US\$ 125 milhões.

## Sivam não está funcionando, alerta Gilberto Mestrinho

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o governo tem de monitorar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), já que o programa não está funcionando. O senador lembrou que foi gasto muito dinheiro com a implantação do programa para que monitorasse a floresta, o tráfico de drogas, fornecendo um mapa das várias atividades na região, e isso não vem acontecendo.

Mestrinho afirmou que o Sivam não está conseguindo localizar os contrabandistas que atuam na região, e não se tem notícia sobre o monitoramento da floresta.

Ele lembrou a queda recente de uma aeronave, sem que houvesse ocorrido o registro pelo sistema. Disse ainda que, se um órgão do governo pede alguma informação ao Sivam, obtém como resposta que é necessária autorização da empresa americana que idealizou o projeto. Em aparte, Hélio Costa (PMDB-MG) observou que os americanos "fornecem programas que não funcionam para depois vender outros produtos".

## Leomar Quintanilha critica paralisação de obras

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) questionou os motivos pelos quais muitas obras não são concluídas no país. Ele observou que o Senado avaliou há pouco tempo a situação e constatou desperdício de recursos.

Entre as obras inacabadas, Quintanilha destacou um trecho da BR-242, que passa por seu estado. O parlamentar ressaltou que milhares de famílias vêm volumes de terra depositados se deteriorarem pelo abandono de uma obra que poderia tirá-las do isolamento a que estão submetidas.

A paralisação há mais de dez anos das obras da ponte sobre o rio Sono, no Tocantins, também foi salientada pelo senador. Ele informou que todas as colunas e vigas já foram lançadas, mas não foi dada continuidade à obra. A razão alegada é que há invasão de 15 metros em área indígena.

## Sarney lembra os 20 anos da extinção dos municípios de segurança nacional

O senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou os 20 anos do envio, quando ele era presidente da República, de mensagem ao Congresso Nacional acabando com os municípios de segurança nacional. Eram mais de 200 municípios, explicou, impedidos de escolher seus prefeitos pelo voto por determinação da doutrina de segurança nacional.

A abolição dos municípios de segurança nacional, acrescentou o ex-presidente, cumpria com um dos objetivos da Aliança Democrática, criada para eleger Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral. A doutrina de segurança nacional, afirmou, permitia alguns excessos praticados pelo regime militar, como a escolha dos prefeitos desses municípios, que muitas vezes parecia "premiar facções".

A escolha da data para o envio da mensagem presidencial (28/3) foi uma forma de homenagear os 150 anos de fundação de Angra dos Reis (RJ), um dos municípios de segurança nacional. Sarney destacou o apoio que teve de todos os partidos. Como principais apoiadores, citou o então presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e os políticos Hércules Correia (PCB) e João Amazonas (PC do B).

## Lobão defende debate sobre as florestas brasileiras

O senador Edison Lobão (PFL-MA) conclamou os senadores a se engajar na discussão sobre a gestão pública de florestas para produção sustentável. Projeto nesse sentido já foi enviado à Câmara dos Deputados pelo Executivo. O tema, porém, exige a mobilização de toda a classe política, pois, segundo o senador, a ministra do Meio Ambiente e senadora licenciada, Marina Silva, enfrenta dificuldades para implementar as mudanças que julga prioritárias para o setor e que eram defendidas na tribuna da Casa.

– Ou respeitamos as nossas florestas hoje ou teremos um país devastado no futuro. O parque florestal brasileiro é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Rússia, que, no entanto, só possui florestas temperadas e boreais, igualmente vítimas de crescentes ações predatórias – afirmou.

## Aelton: redução de vereadores foi inútil

Das 853 câmaras municipais de Minas Gerais, apenas duas (Sacramento e Araxá) devolveram dinheiro aos municípios por conta da redução do número de vereadores. O exemplo foi apresentado em Plenário pelo senador Aelton Freitas (PL-MG) para mostrar como a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de vereadores em 2004 foi danosa ao país. A resolução cortou cerca de 8 mil das 60 mil vagas nas câmaras municipais.

## Azeredo cobra investimentos em ferrovias

Integrante da Frente Parlamentar Ferroviária, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou mais investimentos federais nas ferrovias e o cumprimento da promessa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de aplicar R\$ 6 bilhões, até 2009, na recuperação da malha ferroviária nacional. Na sua opinião, esse é o único modelo de transporte capaz de reduzir custos e desperdícios na movimentação de cargas e de aliviar o tráfego de caminhões nas rodovias.

## Raupp critica demora para licença ambiental

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a população de Rondônia perdeu a paciência com a espera de mais de três anos pela licença ambiental para construir o gasoduto Urucu-Porto Velho. Ele disse ter ouvido do secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, que a população do estado estaria "malhando em ferro frio" em relação ao gasoduto.

## Bezerra espera retomada das obras na BR-101

Como líder do governo, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu a retomada da licitação das obras de duplicação da BR-101 na região Nordeste, suspensa pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por "discrepância" entre os valores da proposta e a documentação apresentada no projeto. Parlamentares da região têm participado de reuniões no TCU e na Casa Civil, com o objetivo de sanar as dúvidas apresentadas na decisão.

## PLENÁRIO

# Capiberibe aponta crise na saúde do Amapá

A situação da saúde pública no Amapá é “de extrema gravidade”, conforme informações que o senador João Capiberibe (PSB-AP) trouxe ao Plenário quinta-feira. Ele disse que o principal hospital de emergência do estado está interditado, a pedido do Ministério Público, por falta de condições no atendimento.

O mesmo hospital já havia sido fechado por razões éticas pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), que considerou “indignas” as condições de assistência médica. Os profissionais foram proibidos de exercer qualquer procedimento pela precariedade das condições de trabalho ali oferecidas.

O governo do Amapá, no entanto, descumpriu a notificação e anunciou, por meio do secretário

de Saúde, Wilton Tavares, que não iria retirar os pacientes, alegando que o CRM estaria “tirando proveito político da situação”, relatou o senador. Capiberibe informou ainda que um juiz federal havia deferido ação cautelar derubando a decisão do conselho.

– Além dessa situação, a dengue está fora de controle, e foram detectados 28 casos de mal de Chagas num bairro periférico da cidade de Santana. É necessário que o ministro da Saúde acompanhe esse caso, até porque existem recursos federais envolvidos. O ministério precisa agir com urgência – apelou.

Capiberibe salientou que a si-



João Capiberibe alertou para o caos instalado na saúde em Amapá

tução do Amapá é diferente da do estado do Rio de Janeiro, onde houve intervenção federal. No Rio, avaliou o senador, “há conflitos políticos” que não existem no Amapá. Ele pediu a atenção do governo para o setor que enfrenta crise em todo o país.

## Lúcia Vânia quer humanizar atendimento a doentes em UTIs

O caso da americana Terri Schiavo, que faleceu após decisão judicial autorizando a eutanásia, levou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a refletir em Plenário quinta-feira sobre a necessidade de que pacientes em estado terminal recebam atenção mais humana. “É necessária a adoção de políticas públicas de saúde para dar maior conforto aos doentes terminais e também aos seus familiares e amigos”, afirmou. Ela lembrou que apresentou projeto sobre o tema em 2003 e disse esperar que o mesmo seja votado rapidamente, dotando o país de uma legislação de forte conteúdo humanista. A senadora frisou que o Brasil, por sua forte cultura religiosa, não deve adotar a eutanásia, mas criar condições dignas para pacientes terminais e seus familiares.

## Viana elogia medida que muda transplante de fígado

A decisão do Ministério da Saúde de dar prioridade a pacientes em estado grave na fila de espera para transplantes de fígado recebeu o apoio em Plenário do senador Tião Viana (PT-AC) quarta-feira. A mudança foi anunciada no último dia 17 por meio da Câmara Técnica do Fígado.

– As hepatites crônicas afetam entre dois e cinco milhões de brasileiros. Muitos desses pacientes vão evoluir para a chamada cirrose hepática e precisarão de um transplante para não morrerem em poucos meses. Eu estudo esse assunto há mais de 15 anos e sei que o mais correto é a decisão que está sendo tomada, uma decisão corajosa e ousada, que vem convergir com o interesse da maioria dos médicos e pacientes do país – afirmou o senador, que é médico.

A regra anterior estabelecia que todo portador de uma doença hepática que tivesse necessidade de um transplante de fígado tinha que seguir apenas o critério



Tião Viana concorda com prioridade para pacientes graves em caso de transplante

de obediência à fila única, por ordem cronológica.

De acordo com o parlamentar, em São Paulo, estado responsável por 50% dos transplantes de fígado realizados no Brasil, os dados informam que apenas 8% dos pacientes que aguardam na fila são operados por ano. Sessenta por cento das pessoas morrem antes de chegar a sua vez. O tempo de espera é da ordem de 51 meses.

## Alteração em favor de delegados ganha apoio em Plenário

A equiparação dos salários de delegados de polícia aos dos judiciários estaduais, novidade introduzida pela Câmara na chamada PEC Paralela da Previdência, ganhou o apoio do senador Romeu Tuma (PFL-SP) em Plenário. Ele discordou das alegações dos governadores de

dispensar mais de 40 mil conscritos antes do término do serviço militar obrigatório, em razão de dificuldades financeiras.

### Hélio Costa pede atenção à PEC Paralela

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) também se manifestou favorável à mudança feita pela Câmara na PEC Paralela em relação aos delegados. Segundo ele, o aumento de salário só ocorreria se o Executivo estadual encaminhar mensagem com esse

### Senadores defenderam mudança na PEC Paralela da Previdência

– Cada estado é que vai estipular o teto para a categoria – afirmou.

O apoio do pefelista ao assunto foi endossado pelos senadores Amir Lando (PMDB-RO), Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena (PSOL-AL). Para Lando, a atividade policial precisa ser valorizada com a contratação de profissionais competentes e bem remunerados. Paim disse que a medida vai ser tratada em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais nesta quinta-feira (7), às 11h30. Heloísa Helena argumentou que a melhor remuneração da carreira afastaria riscos de corrupção.

Tuma também lamentou a decisão do Exército de, em 2004,

objetivo à Assembléia Legislativa. Caso ocorra de fato a equiparação, os salários podem chegar a até R\$ 17 mil, o que seria justo, de acordo com o senador, já que se trata de uma profissão na qual o profissional corre risco de vida.

Hélio Costa pediu também atenção dos senadores aos pequenos agricultores, referindo-se à votação da Medida Provisória 227/04, que regulamenta a produção e comercialização de biodiesel. Para ele, alguns pontos, como a obrigatoriedade de registro especial na Receita Federal, precisam ser alterados.

## Augusto Botelho cobra reajuste na tabela do SUS

A revisão “urgente”, pelo governo, dos valores da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) foi defendida em Plenário pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR) na segunda-feira (28).

É preciso, disse ele, que os novos valores cubram, pelo menos, o custo dos procedimentos realizados pelas entidades conveniadas – as santas casas, responsáveis por cerca de 60% dos atendimentos.

Atualmente, os valores pagos pelo SUS correspondem a 30% dos custos dos hospitais. Augusto lembrou que, como a tecnologia, a saúde é um produto muito mais caro, que exige investimentos constantes.

## Paim aplaude decisão sobre direito de idoso

A liminar do Superior Tribunal de Justiça que assegurou a um cidadão paulista com mais de 60 anos o direito de utilizar gratuitamente o transporte público intermunicipal foi comemorada em Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A decisão foi amparada no Estatuto do Idoso, lei aprovada pelo Congresso a partir de projeto original de Paim.

– Alguns advogados acreditam que isso abre a possibilidade de dar garantias a todos os idosos de utilização do transporte gratuito entre um município e outro – afirmou. Ele também defendeu a abertura de mais postos de trabalho para pessoas com idade superior a 45 anos.

## Maguito ressalta importância do combate à fome

Proposta (PLS 297/04) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) aprovada pela Comissão de Educação (CE) institui o Dia Nacional da Alimentação, a ser comemorado anualmente em 16 de outubro. O senador festejou a decisão.

– A adoção da data simboliza não apenas a necessidade de o Brasil superar o problema da fome, como também reforça os compromissos do país junto à comunidade internacional – disse.

Maguito afirmou esperar que todos os anos, em 16 de outubro, órgãos públicos desenvolvam atividades que tratem de alertar a população sobre o tema.

## Francisco Pereira: aborto só com registro policial

O senador Francisco Pereira (PL-ES) protestou contra recente medida do Ministério da Saúde que suspendeu a obrigatoriedade da apresentação de boletim de ocorrência policial na rede pública de saúde para a realização de aborto em vítimas de estupro, uma das modalidades em que o procedimento é legal.

– Para bom entendedor, um pingo é letra. A medida tomada na calada da noite terá como resultado previsível a multiplicação de abortos injustificados e ilegais – afirmou. Ele defendeu o exercício responsável da sexualidade.

## Reginaldo vê no NYT milagre de Padre Cícero

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) disse que a publicação pelo jornal norte-americano *The New York Times* de matéria sobre o aniversário do padre Cícero Romão Batista, comemorado dia 24 de março, pode ser considerada “mais um milagre”.

O parlamentar destacou que a vida do Padre Cícero foi permeada por controvérsias e, para a maioria dos nordestinos, de milagres também. Os feitos do padre, disse o senador, extrapolam o Nordeste e despertam também interesse de pesquisadores internacionais.

## Fátima Cleide pede pressa na criação do Fundeb

Ao fazer um balanço das ações do governo Luiz Inácio Lula da Silva na área de educação, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu pressa no envio da proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ela comentou que parlamentares dedicados à defesa da educação pública estão ansiosos para discutir o assunto. O governo precisa superar divergências para a aprovação da matéria, defendeu a senadora.

## Eduardo quer aprovar benefícios para estudantes

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a rápida aprovação de projetos de sua autoria que beneficiam os estudantes: o que elimina a exigência de fiador no Programa de Financiamento Estudantil (Fies); o que determina o financiamento de cursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o que possibilita aos estudantes amortizarem os financiamentos com serviços. O senador afirmou que desde o início do seu mandato tem atuado no sentido de viabilizar o acesso de jovens ao ensino.

## Voz do Leitor

## OBESIDADE

“Para ajudar no combate à obesidade, problema que vem crescendo no Brasil, o ideal seria haver controle das campanhas publicitárias que incentivam a comilança de alimentos com colesterol. Falta vistoria nos estabelecimentos que, de forma geral, vendem alimentos inapropriadamente preparados, além de caros. No final, resultam em graves danos à saúde.”  
**Agnes Marta Altmann, de Brasília (DF)**

## INCLUSÃO DIGITAL

“Quando o Brasil vai ter venda de computadores a preços populares e a juros baixos, deixando-os acessíveis para as classes mais baixas deste país? Quando sairemos desse analfabetismo digital, já que são poucos os brasileiros que têm acesso à Internet?”  
**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## FERROVIÁRIOS

“Como aposentado da Rede Ferroviária Federal, pergunto aos senhores senadores como fica a nossa situação em relação aos aumentos anuais. Em 1998, o governo Fernando Henrique concedeu um aumento de 3%, e somente em 2003 é que o governo atual nos concedeu 9%. Em 2004, também não tivemos aumento. Atualmente, nos é devido um reajuste salarial de quase 70%.”  
**Milton Alves de Andrade, presidente voluntário da Associação dos Ferroviários Inativos, de Santos Dumont (RJ)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## ÁGUA

“Solicito a intervenção dos senadores na Agência Nacional de Águas (ANA) para a liberação de água para o município de Major Isidoro (AL). Os 21 mil habitantes estão sofrendo com a falta desse recurso e esperam a colaboração dos senadores.”  
**Rosivaldo Ferreira de Lemos, de Major Isidoro (AL)**

## POLICIAIS MILITARES

“Na edição semanal nº 22 do **Jornal do Senado**, na coluna Pergunte ao Senador, o senador Edison Lobão diz que na maioria dos estados há ‘tolerância’ com a prática de serviços extras por policiais militares. Será que essa tolerância não está aumentando a nossa insegurança e permitindo que esses policiais transformem suas carreiras em ‘bico’ e o ‘bico’ em profissão? Será que o senador sabe que é possível encontrar policiais dando cobertura a estabelecimentos comerciais com viaturas do estado?”  
**Wilson Lourenço, presidente do Conselho de Segurança de Guarulhos Vila Galvão, de Guarulhos (SP)**

## UTI

“Senadores da Bahia, solicito aos senhores que entrem em contato com o governador deste estado para explicar aos cidadãos de Serrinha (BA) por que até hoje não foi disponibilizada uma UTI para os hospitais dessa cidade, com mais de 6 mil habitantes.”  
**Carlos Silva Mota, de Serrinha (BA)**

## Pergunte ao Senador

## USINAS NUCLEARES

*Bira Batista de Almeida, de Jacuecanga (RJ)*

“Senador Sérgio Cabral, gostaria de saber se existe alguma lei que se refere às usinas nucleares e que estabeleça que cidades que mantêm essas usinas tenham tratamento diferenciado com relação à energia elétrica.”

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) responde:

Caro Bira, não há lei que conceda tratamento diferenciado na cobrança pela energia elétrica para moradores de cidades que sediam usinas nucleares. Em pesquisa na base de dados do Senado Federal, também não encontramos qualquer norma legal que conceda benefícios a consumidores de energia elétrica dessas cidades. Cabe ressaltar que, pela legislação em vigor, qualquer benefício concedido a um consumidor de energia elétrica deverá ser custeado pelos outros consumidores do estado onde reside o beneficiário.



## BOLSA-FAMÍLIA

*Dilson Rocha Melo, de São Sebastião (SP)*

“Senador Ramez Tebet, gostaria de saber qual o critério utilizado para a concessão do Bolsa-Família.”

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) responde:

Prezado Dílson, para receber o benefício, a família deve integrar o Cadastro Único do Governo Federal, realizado pelo município onde vive. A seleção de beneficiários entre as famílias cadastradas dependerá do cumprimento dos critérios de elegibilidade do programa, da disponibilidade de vagas e da pactuação entre o governo federal, estados e municípios. Existem duas situações. A primeira é para quem já é beneficiário de alguns dos programas unificados pelo Bolsa-Família: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás. Nesse caso, a família já está cadastrada e deve aguardar inclusão no Bolsa-Família. Até lá, vai continuar recebendo normalmente os antigos benefícios, sem mudanças. A segunda é para quem não é beneficiário desses programas, caso em que as famílias devem ser incluídas no cadastro único. As famílias podem receber dois tipos de benefícios. Aquelas em situação de extrema pobreza (com renda mensal *per capita* de até R\$ 50), independentemente da composição e do número de membros, recebem o benefício básico (fixo) de R\$ 50 por família. Já o benefício variável é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 100 *per capita*, que tenham gestantes ou nutrízes ou que mantenham sob sua responsabilidade crianças e adolescentes até 16 anos incompletos. Elas podem receber até três benefícios de R\$ 15, ou seja, até R\$ 45. As famílias de extrema pobreza poderão acumular o benefício básico e o variável, podendo chegar a até R\$ 95, enquanto os núcleos familiares em situação de pobreza (com renda de R\$ 50,01 até R\$ 100) podem receber somente o variável.



## Frases

“Não renovar o acordo com o FMI é o melhor atestado da saúde econômica de nosso país”

**Ideli Salvatti**, aplaudindo a decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de não assinar novo contrato com o Fundo Monetário Internacional.

“O presidente Lula tem sido o aluno mais disciplinado e exemplar do Fundo Monetário Internacional”

**Alvaro Dias**, que considerou o anúncio de não renovação do acordo com o FMI como *marketing* de governo.

“Com todo respeito ao ministro Gilberto Gil, essa medida parece ser um expresso desgovernado e precisa ser retirada imediatamente, para ampliar o espaço da negociação”

**Renan Calheiros**, fazendo alusão à música *O Expresso 2222*, de Gilberto Gil, para defender a retirada da MP 232 pelo governo.

“Temos de acabar com esses cemitérios no Brasil”

**Fernando Bezerra**, defendendo que todas as obras inacabadas, mas que sejam consideradas importantes, recebam todo ano verbas orçamentárias, até sua conclusão.

“São esses setores que estão ajudando a financiar aquele gatilho que matou a irmã Dorothy”

**Ana Júlia Carepa**, sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang, no Pará. Ela atribuiu o crime a setores que estariam reagindo às ações do governo federal na área de assentamentos e reservas florestais.

“Hoje é o Dia da Mentira. Um dia em homenagem a quem governa este país, porque eles mentem a cada instante: dizem que tudo vai bem, mas é mentira”

**Mão Santa**, criticando a política do governo em relação aos programas de saúde e segurança no dia 1º de abril.

“Salvador é a primeira capital de todos os baianos e a segunda de todos os brasileiros”

**Antonio Carlos Magalhães**, em sua saudação à capital da Bahia, Salvador, que completou 456 anos.

## Foto da Semana

Apontado como integrante de um consórcio de grileiros que financia ações de violência em Parauapebas (PA), o fazendeiro Lourival de Souza Costa (à direita, na mesa, ao lado do senador Alvaro Dias) foi ouvido pela CPI Mista da Terra, em sessão que levou deputados e senadores àquela cidade, na quinta-feira (31). No Pará, há grande número de conflitos fundiários. Entre janeiro e fevereiro, foram mais de 20 mortes, uma delas a da irmã Dorothy Stang.



J. FREITAS

# Consulta popular sobre desarmamento em debate

O referendo sobre o desarmamento é o destaque do programa de debates *Conexão Senado*, da Rádio Senado, que vai ao ar nesta segunda, às 12h. A consulta popular, prevista no Estatuto do Desarmamento, pode ser marcada para o dia 2 de outubro deste ano, conforme projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tramita na Câmara dos Deputados.

A proposta de Renan determina que seja feita a seguinte pergunta à população: "O comércio de armas de fogo e mu-

nição deve ser proibido no Brasil?" Na Câmara, o relator da matéria, deputado Vanderval Lima (PL-SP), sugere que a pergunta seja reformulada para: "Deve ser proibido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para a sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma da lei?"

Os parlamentares precisam definir o texto exato da consulta até junho, para que o Tribunal Superior Eleitoral tenha tempo hábil para organizar o referendo.

Para ampliar a discus-

são, o *Conexão Senado* destaca o referendo sobre o desarmamento como tema. O leitor também pode participar, por meio do endereço eletrônico [conexão@senado.gov.br](mailto:conexão@senado.gov.br), do telefone 311-1182 ou do fax 311-2777.

## Pixinguinha no Música do Brasil

Pixinguinha será homenageado no *Música do Brasil*, sábado, às 16h. A atração apresenta obras-primas do maestro, saxofonista e compositor, como o clássico *Carinhoso*.

A programação musical apresenta ainda

o guitarrista, cantor e compositor Affonsinho, no *Escala Brasileira*, quinta-feira, às 23h, com reprise sábado, às 20h. O músico teve uma canção incluída no CD em que o crítico Nelson Motta apontou as que consideramos as melhores músicas dos últimos tempos. A escolhida foi *O amor não acaba pra quem é do bem*, cantada pelo autor e pela vocalista do Pato Fu, Fernanda Takay. No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* homenageia a poetisa Cora Coralina.



## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

## RESENHA

## Observações machadianas sobre o velho Senado

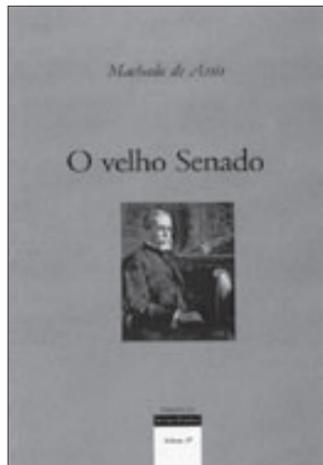
CONCEIÇÃO LIMA

Observações sutis, por vezes carregadas de ironia, mas sempre contendo uma análise precisa dos fatos políticos: esse é o conteúdo de três crônicas de Machado de Assis reunidas no livro *O velho Senado*, que o Conselho Editorial da Casa apresenta aos leitores.

O escritor exerceu o ofício de comentarista político para jornais cariocas a partir de 1861, nos quais fazia um resumo dos debates ocorridos no Senado, analisava projetos encaminhados, mas, principalmente, observava os homens na arena da política.

Na introdução da obra, o senador e acadêmico José Sarney diz que os textos mostram a vocação autêntica do escritor para a política, o gosto da arte de governar, do processo de transformar “o litúrgico em debate, para alcançar a solução possível, quer na ordem social, quer na ordem individual”.

Sarney observa, entretanto, que, em vez de dedicar-se à prática parlamentar, Machado dedicou-se a fazer “a alta política, no plano da vida literária”, acrescentando que o escritor sempre voltava “à política de nosso país, para comentar uma eleição, para dar sua opinião sobre a reforma da Constituição, para debater as questões que



agitavam o Parlamento”.

Entre as crônicas, histórias curiosas sobre o velho Senado, como a que relata a tarde em que o Visconde do Rio Branco, então senador por Mato Grosso, começou a discursar e se animou de tal maneira que ocupou nada menos que oito horas da sessão com seu pronunciamento. Ao final, foi aplaudido por um público entusiasmado.

Também conta como um senador obstruiu (sim, esse já era um expediente na época) a votação de um projeto que destinava ao teatro lírico taxas incidentes sobre loterias. Machado elogia os oradores, em especial o senador Eusébio de Queirós, célebre autor da Lei do Ventre Livre. No final da edição, o leitor encontra um anexo contendo dados biográficos dos senadores do Império citados no livro.

Conceição Lima é diretora do *Jornal do Senado*. Exemplares do livro *O velho Senado* podem ser adquiridos junto à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado: e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou telefone (61) 311-4755.

## SERVIÇO

## Manual orienta prefeito sobre verbas federais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado dedicado à capacitação de servidores do Poder Legislativo, lançou um guia para ajudar os administradores públicos, especialmente os prefeitos, na tarefa de conseguir verbas do governo federal. Trata-se do *Manual de obtenção de recursos federais para municípios sem a intermediação de terceiros*, cuja última edição saiu em dezembro de 2004 – ele é publicado anualmente desde 1998.

A obra contém orientações sobre as três formas de transferência de recursos federais aos municípios: as constitucionais, as voluntárias e as legais. As transferências constitucionais são aquelas que, conforme sugere seu nome, correspondem a parcelas de recursos arrecadados pelo governo federal e repassados aos municípios por força de algum ditame específico contido na Constituição federal.

As transferências voluntárias, por sua vez, dizem respeito ao repasse que não decorre de determinação constitucional, legal ou de fundos destinados ao Sistema Único de Saúde.

Já as transferências legais são aquelas regulamentadas por leis específicas. Nessa categoria, existem repasses com ou sem finalidade definida para o dinheiro. No caso das transferências feitas para pagar alguma despesa definida, o município

deve se habilitar para receber. A partir daí, passados os procedimentos de repetição de pleito, como o requerimento de verbas, o município pode solicitar a transferência de recursos. As transferências legais sem finalidade específica não tratadas no manual, porque se aplicam a um número restrito de municípios como aqueles que recebem do governo federal repasse de royalties sobre o petróleo extraído em seu território.

## Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento

O manual contém informações com relação à prestação de contas aos órgãos federais que concedem recursos. Traz também dois adendos. O primeiro traz a íntegra da principal legislação pertinente à transferência de recursos, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional. O segundo adendo apresenta as ações previstas no Orçamento da União para 2004 nas quais a execução deve ser realizada

pelos municípios.

Essas ações, segundo os autores, são bom indicativo para que os prefeitos avaliem as possibilidades de pleitearem a descentralização de recursos.

Segundo o coordenador da elaboração do manual, Walter Falleiros Júnior, quem tiver interesse pode imprimir o guia a partir do site do ILB ([www.senado.gov.br/ilb/materialaberto/manual\\_tudo.htm](http://www.senado.gov.br/ilb/materialaberto/manual_tudo.htm)).

– A tiragem impressa de 3 mil exemplares foi distribuída principalmente para os senadores e outras autoridades e já está esgotada – diz ele.



## Conheça o Senado

## Parlamento impediu caos financeiro no Império

Logo após a Independência, em 1822, o Brasil enfrentou grave crise financeira por conta da falta de recursos, agravada pela indefinição orçamentária e pela corrupção da época. No início do Império, o Senado deu sua primeira demonstração de força e impediu a decretação da moratória da dívida externa, em 1829, além de lutar pela implementação de ações que garantiram o crescimento econômico do país.

Embora a primeira Constituição brasileira, em 1824, determinasse

a responsabilidade de o Legislativo votar a lei orçamentária (como é até hoje), o primeiro orçamento só foi aprovado em 1830, apesar da insistência do então imperador, dom Pedro I, que denunciava o “estado miserável do Tesouro”. A convalescença das finanças públicas brasileiras obrigou a contratação de empréstimo externo em 1825. Pouco tempo depois, o país já não dispunha de recursos para pagar a dívida, que deixou de ser paga. Em 1829, ao referir-se à condição financeira do país, d. Pedro I disse:

“Desastroso deve ser o futuro que nos aguarda”. A moratória da dívida só pôde ser evitada graças à atuação de dois senadores: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Marquês de Abrantes, que chegaram a hipotecar a renda das alfândegas para honrar o compromisso. A melhora da situação econômica brasileira começou a partir de 1844, quando o Senado aprovou a primeira lei protecionista do país, que abolia os privilégios de “nações favorecidas”, como a Inglaterra.

Entre 1850 e 1860, os senadores promoveram uma reforma tributária, reduzindo tarifas de exportação e aumentando as de importação. Durante o período, destacou-se a atuação de Manuel Alves Branco, o segundo Visconde de Caravelas, e do Visconde de Itaboraí. As medidas permitiram o aumento da arrecadação e o crescimento econômico na época. Tanto que, entre 1850 e 1890, o desenvolvimento econômico brasileiro foi abalado apenas por crises conjunturais e pela Guerra do Paraguai.



Para dom Pedro I, o futuro financeiro do país seria “desastroso”

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaté Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do *Jornal do Senado*: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafain, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado  
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Doença de Chagas mata 33 mil ao ano

A morte de três pessoas e a contaminação de outras 21 pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, causador da doença de Chagas, em decorrência da ingestão de caldo de cana infectado em Santa Catarina, no mês passado, demonstrou mais uma vez que esse mal, descoberto há quase um século, continua sendo uma ameaça à saúde dos brasileiros, principalmente os mais pobres, que vivem em moradias precárias e sem higiene. No Amapá, 29 pessoas também contraíram a doença neste ano. Dessas, 26 foram contaminadas após a ingestão de suco de açaí.

Não há tratamento ou medicamento eficaz contra a doença.

Há chances de cura quando o mal é tratado na sua fase inicial. Na América Latina, 18 milhões de pessoas estão infectadas pelo *Trypanosoma cruzi*. No Brasil, 6 milhões vivem com a doença, que causa cerca de 33,6 mil mortes por ano. A prevenção e o controle dos insetos transmissores são as melhores formas de se evitar o mal.

Apesar de raros, os contágios por alimentos como os registrados em Santa Catarina e no Amapá não foram os primeiros. Já ocorreram surtos parecidos no Rio Grande do Sul e na Paraíba. Os pesquisadores estudam ainda de que forma aconteceram as contaminações. O mais provável é que os insetos ou suas fezes

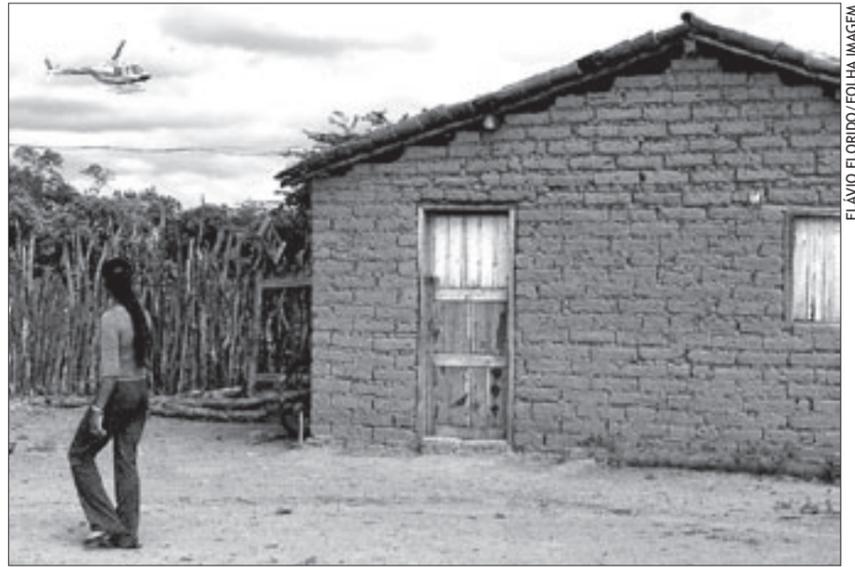
tenham sido triturados com os alimentos. No estado de Santa Catarina, a bebida estava sendo vendida em quiosques às margens da rodovia BR-101. No Amapá, o açaí contaminado era comercializado no bairro Igarapé da Fortaleza, periferia de Macapá.

Os órgãos de saúde de Santa Catarina recomendam que as pessoas que tenham consumido a bebida na estrada, entre 1º de fevereiro e 20 de março, procurem os serviços

de saúde da cidade em que se encontrem para fazer o exame e descobrir se foram infectadas. Os primeiros sintomas podem ser dor de cabeça, diarreia e vômito. A venda de caldo de cana foi proibida naquele estado e tam-

bém em regiões adjacentes.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba mais sobre a doença que leva o nome do cientista brasileiro Carlos Chagas, que, em 1909, descobriu a moléstia e sua forma de transmissão.



Principal transmissor, o barbeiro se aloja facilmente em casas de taipa

FLAVIO FLORIDO/FOLHA IMAGEM



Carlos Chagas

## Descoberta do médico brasileiro foi anunciada em 1909

Desde sua descrição, em 1909, pelo médico Carlos Chagas, grande parte do conhecimento sobre a doença se desenvolve no Brasil. Mas ainda não se conseguiu desvendar por completo o mecanismo de produção da enfermidade.

As primeiras descobertas sobre a moléstia, que atinge todo o continente americano, foram feitas em 1907, quando Chagas foi enviado a Lassance, no norte de Minas Gerais, para combater a malária entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Lá, ele tomou conhecimento do inseto chamado de barbeiro pela população local, por atacar o rosto das pessoas.

Ao examinar o inseto, Chagas encontrou um novo parasita, que chamou de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz. Mais tarde, Chagas descobriu o protozoário no sangue de outros animais e também em um ser humano.

Foi um feito raro na história da medicina: a descoberta não só do parasito e seu ciclo evolutivo, como também do vetor e seus hábitos, o reservatório doméstico e a moléstia resultante. A 22 de abril de 1909, o médico sanitário Oswaldo Cruz anunciou à Academia Nacional de Medicina a descoberta da nova doença: a tripanosomíase americana ou moléstia de Chagas.

Chagas morreu em 8 de novembro de 1934, aos 55 anos.

## A doença e a forma de transmissão

O mal de Chagas é uma doença infecciosa causada pelo protozoário (microrganismo de uma célula) *Trypanosoma cruzi*, que vive naturalmente no sangue de seres humanos e animais (cães, gatos, ratos, gambás, macacos, tatus, entre outros).

Quando um inseto que se alimenta de sangue (hematófago), como o barbeiro, pica um animal ou uma pessoa infectada, ele passa a ser um transmissor da doença.



O barbeiro infectado, ao sugar o sangue de suas vítimas, deposita fezes no local da picada, transmitindo assim o parasita. O protozoário também pode entrar no organismo humano pela boca, olhos ou feridas pré-existentes.

A doença é ainda transmitida por mães grávidas a seus filhos ou durante a amamentação, por transfusão de sangue e pela ingestão de alimentos contaminados (crus ou mal cozidos).

### Diagnóstico e sintomas

A enfermidade é diagnosticada por exame de sangue. Os primeiros sinais de infecção acontecem entre quatro e dez dias no caso de transmissão pelo inseto e em até 20 dias no caso de transfusão de sangue contaminado.

A fase inicial da doença, chamada de fase aguda, pode passar despercebida, pois seus sintomas confundem-se com os de outras doenças. Eles incluem fadiga, febre, aumento do fígado e dos gânglios. Pode haver perda do apetite, diarreia e vômitos. Esses sintomas podem durar de quatro a oito semanas e depois desaparecerem sem tratamento.

Um terço dos infectados apresentam sintomas na fase crônica, entre 20 e 30 anos mais tarde, quando aparecem problemas cardíacos - aumento do coração, arritmia e parada cardíaca. O sistema digestivo também pode ser afetado, com inchaço de órgãos e dificuldade de engolir. A gravidade da infecção depende da virulência do parasita e a suscetibilidade do paciente infectado.

### O tratamento

As drogas hoje disponíveis (benzonidazol, nifurtimox) são eficazes apenas na fase inicial da enfermidade, daí a importância da descoberta precoce da doença. Na fase aguda, o tratamento é específico para as complicações decorrentes da enfermidade.

### Prevenção

Não há vacinas que evitem o mal, só medidas preventivas. Elas incluem campanhas educativas e investimento em pesquisas e em melhorias habitacionais. Os moradores de áreas rurais devem estar atentos ao reboco e fechamento de rachaduras e frestas das casas. Recomenda-se o uso de telas em portas e janelas, a limpeza periódica das casas e arredores, a aplicação de inseticidas apropriados, a construção de locais específicos para animais (galinheiro, paiol, tulha, chiqueiro) e a retirada de ninhos de pássaros dos beirais das casas.

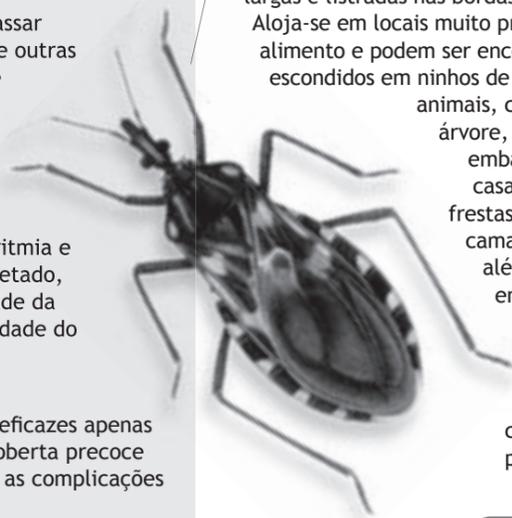
**Aids e doença de Chagas - Apesar de sua extensão, a doença de Chagas não tem merecido a mesma atenção dispensada a outras enfermidades. Uma comparação entre a doença de Chagas e a Aids revela a falta de prioridade no seu combate.**

	Dados	Aids	Doença de Chagas*
América Latina	Total de pessoas infectadas	1,5 milhão	18 milhões
	Número de óbitos por ano	49 mil a 70 mil	100,8 mil
	Número de novos casos por ano	120 mil a 180 mil	300 mil
Taxa média de sobrevida**		5 anos	7 anos e 2 meses
Gastos anuais com a doença no Brasil		US\$ 300 milhões	US\$ 15 a 20 milhões

\* O Brasil contribui com um terço dos números totais para a América Latina. \*\* Sobrevida do paciente que manifesta a doença. Fonte: Levantamento do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Doença de Chagas da Universidade de Brasília com dados da Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde.

### O transmissor

O barbeiro (*Triatoma infestans*) é o principal transmissor da doença. Ele tem cerca de 2 centímetros de comprimento, asas achatadas, largas e listradas nas bordas e um ferrão comprido. Aloja-se em locais muito próximos à fonte de alimento e podem ser encontrados na mata, escondidos em ninhos de pássaros, toca de animais, casca de tronco de árvore, montes de lenha e embaixo de pedras. Nas casas, escondem-se nas frestas, buracos das paredes, camas, colchões e baús, além de serem encontrados em galinheiro, chiqueiro, paiol, curral e depósitos. É conhecido também como: chupança, chupão, fincão, bicudo, procootó.



### Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Disque Medicamentos: 0800 644-0644

Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000

Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)  
Tel.: (61) 315-3658  
[www.saude.gov.br/svs](http://www.saude.gov.br/svs)

Ministério da Saúde  
Tel.: (61) 315-2425  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa  
Tel.: (61) 448-1000  
[www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

Fundação Nacional de Saúde - Funasa  
Tel.: (61) 223-6798  
[www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz  
Tel.: (21) 2270-5343  
[www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br)

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - Centro de Vigilância Epidemiológica  
Informações: 0800 55-5466

Carlos Chagas  
[www.vertentes.com.br/chagas/](http://www.vertentes.com.br/chagas/)